

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A PERCEPÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA PELO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS SANTANA DO
LIVRAMENTO**

CARMÉLIA SILVA CARVALHO GOMES

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PERCEPÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA PELO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PAMPA – CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

CARMÉLIA SILVA CARVALHO GOMES

Sob a Orientação do Professor
Fernando Bonadia de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Julho de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633p GOMES , CARMÉLIA SILVA CARVALHO , 1987-
A PERCEPÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA PELO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO / CARMÉLIA SILVA
CARVALHO GOMES . - Seropédica, 2020.
51 f.: il.

Orientador: Fernando Bonadia de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2020.

1. Acessibilidade. 2. Pessoa com deficiência. 3.
Educação. 4. Direitos. I. Oliveira, Fernando Bonadia
de , 1980-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CARMÉLIA SILVA CARVALHO GOMES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 16/07/2020.

Fernando Bonadia de Oliveira, Dr. UFRRJ

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Dr. UFRRJ

Alexandre Vicente Xavier, Dr. Unipampa

Dedico esse trabalho à Deus, por ser o criador de tudo, pelo seu amor infinito e me proporcionar um mundo de possibilidades.

Ao meu filho, Arthur S. Carvalho Marques, por ser meu companheiro e a luz da minha vida e à minha mãe, Maria Domingas, pelo apoio infinito, ombro amigo e exemplo de força. Amor imenso e eterno!

AGRADECIMENTOS

Não irei me conter com um agradecimento breve, pois nesse processo longo e cheio de obstáculos, várias pessoas me possibilitaram continuar na caminhada, dando persistência e força.

Agradeço ao meu pai, Antonio de Pádua, por ser meu exemplo de profissional, pelo apoio, incentivo e investimento desde criança, mostrando a importância dos estudos e por sempre acreditar em meu potencial, me instigando ao mundo acadêmico.

À minha mãe, Maria Domingas, o pilar forte da nossa família, que mesmo sem concluir os estudos, sempre incentivou os filhos a buscar o melhor, a estudar e obter conhecimento. Embora vários problemas de saúde se façam presentes em sua vida, é meu exemplo de fé, esperança e persistência. Eu não poderia deixar de alcançar qualquer objetivo que fosse vendo-a lutar todos os dias sem desistir e sequer desanimar.

Ao meu filho, Arthur Silva Carvalho Marques, o grande amor da minha vida, por dividir com os meus estudos a minha dedicação, atenção e tempo. Por compreender a importância dessa fase para mim, mesmo sem muito entender o que é um mestrado e para que serve. Por ser meu companheiro em todos os momentos dessa vida, até mesmo nas semanas em que fiquei ausente e ele ficou sob os cuidados de outras pessoas também importantes para nós. Estarei ao seu lado sempre!

Ao meu esposo, Leonardo Martins Gomes, por me apoiar desde o início, ser compreensivo e paciente nos vários momentos que tive que me ausentar para cumprir as etapas necessárias dessa trajetória. Cabendo ressaltar o cuidado, carinho e preocupação com o meu filho em todos os momentos.

Aos meus irmãos (Luana, Elza Maria e Antonio Júnior) por se alegrarem comigo em mais uma etapa a ser vencida e estando ali para me apoiar nas adversidades da vida, como sempre foi. Sei que com eles posso contar sempre.

À Maria Sueli, grande amiga, uma mãe emprestada que o Estado de Goiás me deu, por acreditar em mim, me dar apoio e, na minha ausência, cuidar do bem mais precioso que tenho na vida, meu filho, para que eu pudesse participar das aulas e demais atividades desse Programa de Mestrado. Saudades!

Às companheiras de turma e amigas, Fernanda, Michelle e Thays, por nos apoiarmos umas nas outras, dividirmos, além da hospedagem nos encontros para as atividades, o

conhecimento, o aprendizado, as angústias, dúvidas, anseios, felicidade, entre os demais sentimentos que se fazem presentes em nossas vidas.

Aos amigos Moisés, Cristiani e Érica Esteves pela força, carinho e apoio infinitos! Por me motivarem sempre.

À amiga Mariana Pereira Castro por dividir comigo suas experiências acerca do tema e da produção da dissertação, por passarmos essa fase juntas, mesmo estando em níveis diferentes, uma apoiando e incentivando a outra.

Ao Professor Fernando Bonadia de Oliveira, doutor em Filosofia (e em paciência). Agradeço por dividir comigo seu vasto conhecimento, pelo interesse em minha pesquisa, pela imensa dedicação nessa caminhada curta e longa ao mesmo tempo, pelo incentivo constante (inclusive para prosseguir no mundo acadêmico). Faço uma observação: agradeço por continuar nessa empreitada mesmo com tantos afazeres profissionais e situações pessoais, as quais eu em seu lugar titubearia, mas você permaneceu me dando ânimo, enquanto quem precisava de força era você. Muito obrigada por todo o seu empenho, pela sua amizade.

Ao Instituto Federal Goiano, em especial ao Campus Urutaí, por nos oportunizar o processo seletivo de Mestrado em parceria a UFRRJ, além de nos proporcionar estrutura para a realização de aulas, sendo bastante receptivos e atenciosos em todos os detalhes.

À Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, em especial aos colegas do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) e ao coordenador acadêmico, Alexandre Vicentine, pela compreensão da importância desse momento para mim, acreditar na relevância da pesquisa e permitir a coleta de dados em seu espaço institucional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA/UFRRJ) por me proporcionar tal experiência, acreditar na importância de minha pesquisa, transmitir tanto conhecimento. através de seu forte corpo docente e demais colaboradores (Marize e Kelly), visando atender aos mestrandos de maneira atenciosa e preocupada com o melhor para todos.

Por último, e mais importante, agradeço a Deus pelo dom da vida, por sua infinita bondade e amor, por proporcionar experiências tão incríveis que ao mesmo tempo em que me trazem conhecimento, me possibilitam contribuir com a construção de um mundo mais acessível. Por ser fonte de ânimo e perseverança em todos os momentos, sendo meu fôlego diário. Mesmo com tantas adversidades nesse longo período, ele me sustentou até aqui. Minha gratidão e meu amor são eternos, além do que os olhos dos homens podem ver.

Para quem está na corrida, ter pessoas a sua volta incentivando que você cruze a linha de chegada é muito mais que motivador, é especial. A todos que estiveram comigo nessa jornada, o meu muito obrigada!

RESUMO

GOMES, Carmélia Silva Carvalho. **A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento.** 2020. 51f. (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Essa pesquisa, realizada na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, tem como público alvo 15 estudantes dos cursos de ensino superior que não possuem deficiência. O objetivo principal é conhecer a percepção dos universitários sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Instituição já mencionada, e relacioná-la ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema. A pesquisa indaga qual é a percepção dos universitários que estão distantes da situação vivida pelas pessoas com deficiência, e se, de acordo com o conhecimento deles, o que é ofertado pela Instituição está compatível com as políticas públicas. A pesquisa é de natureza aplicada e análise qualitativa, preocupada com a peculiaridade e a percepção de cada universitário participante. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado questionário com perguntas abertas e fechadas como instrumento para coletar dados. A pesquisa aborda ainda o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) quanto ao seu histórico e ações. Conclui-se que a participação dos entrevistados revela uma significativa percepção visual e social de pessoas com deficiência no campus, mas, ao mesmo tempo, um conhecimento menos profundo em relação às políticas públicas referentes a pessoa com deficiência, assim como das legislações brasileiras. Contudo, há um amplo interesse pela obtenção de conhecimento mais aprofundado e pela participação em atividades e ações de inclusão. Sendo assim, descobre-se o protagonismo do NInA quanto à expansão da acessibilidade e ao alcance dos universitários para o envolvimento na temática.

Palavras-chave: Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Educação, Direitos.

ABSTRACT

GOMES, Carmélia Silva Carvalho. **The perception of accessibility for people with disabilities by the student at the Federal University of Pampa - Campus Santana do Livramento.** 2020. 51p. (Master in Agricultural Education). Agronomy Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

This research, carried out at the Federal University of Pampa - Campus Santana do Livramento, targets 15 students from higher education courses who do not have disabilities. The main objective is to know the perception of university students about accessibility for people with disabilities to the facilities and services offered by the institution already mentioned, and to relate it to that proposed by Brazilian public policies on the subject. The research asks what is the perception of university students who are distant from the situation experienced by people with disabilities, and whether, according to their knowledge, what is offered by the Institution is compatible with public policies. The research is of an applied nature and qualitative analysis, concerned with the peculiarity and perception of each participating university. To achieve the proposed objective, a questionnaire was conducted with open and closed questions as an instrument to collect data. The research also addresses the Center for Inclusion and Accessibility (NInA) regarding its history and actions. It is concluded that the participation of respondents reveals a significant visual and social perception of people with disabilities on campus, but, at the same time, less profound knowledge in relation to public policies regarding people with disabilities, as well as Brazilian laws. However, there is a wide interest in obtaining more in-depth knowledge and participating in inclusion activities and actions. Thus, the role of NInA in terms of expanding accessibility and reaching university students for involvement in the theme is discovered.

Keywords: accessibility, people with disability, education, rights.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE – Atendimento Educacional Especializado

dB – decibéis dB – decibéis

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência

IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR – Norma Brasileira

NInA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

NUDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional

ONU – Organização das Nações Unidas

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

QI – Quociente Intelectual

RS – Rio Grande do Sul

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico da porcentagem dos estudantes entrevistados por curso	25
Figura 2 - Gráfico da porcentagem da quantidade dos estudantes entrevistados referente aos períodos dos cursos.....	25
Figura 3 - Pátio central da UNIPAMPA - Campus Santana do Livramento.....	27
Figura 4 - Corredor com piso tátil para acesso as escadas	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados	26
Tabela 2 – Pergunta 1 -Visibilidade sobre pessoas com deficiência no campus.....	26
Tabela 3 - Pergunta 3 - vivência com pessoas com deficiência	28
Tabela 4 - Perguntas 2 e 4 – Conhecimento das legislações	29
Tabela 5 – Pergunta 5 - Sobre a existência do NInA.....	31
Tabela 6 - Pergunta 6 – Importância da divulgação	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA	5
1.1 Dos tempos bíblicos à contemporaneidade	5
1.2 A percepção da alteridade.....	9
1.3 Integração, inserção e inclusão	10
2 CAPÍTULO II O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	13
2.1 O Brasil e as leis para pessoas com deficiência.....	13
2.2 Inclusão e educação	15
2.3 A acessibilidade em questão.....	17
2.4 Acessibilidade no Ensino Superior.....	18
3 CAPÍTULO III O OLHAR DO UNIVERSITÁRIO: MÉTODOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES	21
3.1 Conhecendo a Universidade Federal do Pampa (Campus Santana do Livramento) .	21
3.2 Metodologia da pesquisa	22
3.3 Aspectos descritivos e analíticos	24
3.4 O papel do NInA	36
4 CONCLUSÕES.....	40
5 REFERÊNCIAS	42
6 APÊNDICES	47
Apêndice A - Instrumento de coleta de dados	48
Apêndice B – Termo de consentimento Livre e Esclarecido.....	50

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura que a educação é um direito social de todos, devendo, portanto, ser garantida de forma igualitária e respeitar as singularidades de cada indivíduo, como as deficiências. Santos e Paulino (2006, p. 12 e 13) definem bem:

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, *tornar igual*. Incluir não é *nivelar* nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças.

A importância de estudos sobre esse tema é enorme, inclusive no ambiente escolar, que deve estar preparado para receber estudantes com qualquer peculiaridade, seja ela uma deficiência física, mental, ou de qualquer outra natureza. O Art. 2º do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece que

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora¹ de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

As pessoas com deficiência detêm pleno direito à educação, acesso viável às informações, aos espaços físicos e aos serviços educacionais tanto quanto os demais estudantes, de modo a proporcionar maior autonomia e bem-estar pessoal.

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011), por sua vez, tem como finalidade promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Três das principais diretrizes do Plano são: garantia de um sistema educacional inclusivo; garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado, e ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante sua capacitação e qualificação profissional.

Ao construir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a especialização em direito educacional, no ano de 2014, foi realizada uma pesquisa acerca da acessibilidade para os alunos do ensino médio em uma Instituição Federal de Ensino, que teve como objetivo indagar estudantes com deficiência a respeito de seu olhar quanto à acessibilidade no local de pesquisa. Dessa maneira, os estudantes mostraram-se preocupados mais com as necessidades de acesso dos demais colegas com outras deficiências do que as suas próprias. Então, surgiu a indagação sobre como os alunos sem deficiência, no âmbito universitário, percebem a acessibilidade no campus em que estão inseridos, se a percepção dos alunos com deficiência ocorria apenas pelo fato de vivenciarem aquela realidade.

Assim, buscando atender tais garantias e compreender o questionamento pendente no trabalho realizado anteriormente, a presente pesquisa, intitulada *A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento*, voltada para a área de atuação na Educação, se

¹ A terminologia “pessoa portadora de deficiência” deixa de ser usada em legislações mais recentes, passando a ser usada então “pessoa com deficiência”.

justifica por questionar a acessibilidade no local pesquisado. Procura-se saber, através de uma investigação acadêmica com coleta de dados (questionário), qual é a percepção de 15 universitários, que não se colocam em situação de deficiência, quanto aos direitos para a pessoa com deficiência, assegurados (ou não) pela Instituição. Pretende-se saber se as condições para o acesso, tanto às dependências quanto aos serviços, são pertinentes sob a perspectiva do estudante universitário sem deficiência². Nesse contexto, a pesquisa também visa constatar a prática de uma espécie de empatia dos estudantes sem deficiência em relação aos que possuem deficiência³, bem como a potencialidade da alteridade.

Por meio de pesquisa bibliográfica, a investigação aborda assuntos referentes à temática, procurando fazer um breve resgate da história da deficiência e das pessoas com deficiência até chegarmos à dinâmica de como é tratada, nos últimos tempos, a educação inclusiva no país. Ademais, a pesquisa aborda a questão da relação entre educação e acessibilidade, englobando as características e a inclusão na Universidade a ser pesquisada.

O objetivo geral consiste em conhecer a percepção de 15 universitários (que não possuem deficiência) sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e relacionar o perfil da percepção dos participantes da pesquisa ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema. Os objetivos específicos são: a) conhecer, a partir das transformações das leis brasileiras (entre 1988 e 2015), a situação da pessoa com deficiência na universidade; b) compreender, a partir do olhar do universitário sem deficiência, as condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência na instituição pesquisada.

A pesquisa, mediada pela coleta de dados e refletida junto ao referencial teórico⁴, pretende saber se a acessibilidade pode ou não ser percebida como um problema comum à comunidade universitária. O olhar discente para os impasses que envolvem o cotidiano da Instituição examinada implica um conhecimento maior sobre o modo de democratizar o acesso à universidade, conforme será evidenciado adiante. Além disso, a pesquisa pode ser útil para que o problema da acessibilidade na universidade se converta em parte integrante, na teoria e na prática, do cotidiano de todos os estudantes.

Mediante a todas essas indagações, assim se explicita a organização dos conteúdos sobre a questão abordada em quatro capítulos:

O Capítulo I traz um breve resgate do histórico da deficiência através da explicação do tratamento das pessoas com deficiência desde tempos antigos aos dias de hoje, assim como o desenvolvimento da acessibilidade e das situações que a permeia, como a diferença entre as noções de *integração*, *inserção* e *inclusão*.

Assim, o Capítulo II se relaciona aos direitos da pessoa com deficiência, às legislações brasileiras e suas mudanças, assim como aos direitos alcançados através dessa evolução, como a proposta de inclusão na educação, voltando de maneira prioritária para o ensino superior.

O Capítulo III aborda a história da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, local da realização da pesquisa e as atividades realizadas por ela quanto a

² Toma-se aqui “sem deficiência” no sentido de identificar o sujeito que não se inscreve no campo das deficiências tradicionalmente reconhecidas por lei. Evidentemente, nenhuma pessoa pode ser considerada, a rigor, “sem (nenhuma) deficiência”.

³ “Empatia” é colocada aqui em sentido dramático, isto é, como uma capacidade do ator de suscitar no público os mesmos afetos de seus personagens. Um bom ator, sabemos, é capaz de fazer com que o público vivencie os afetos de quem ele representa a ponto de criar identidade entre eles. Por extensão, a empatia é tomada como ação de ver as coisas com os olhos de outrem, reconhecendo como suas as emoções de outra pessoa. O estudante universitário vê com olhos de empatia o estudante com deficiência?

⁴ Utilizaram-se referências de autores como Pessoti, Canguilhem, Foucault, Merleau-Ponty, Farinon, entre outros, além de Legislações brasileiras acerca do tema.

Acessibilidade, através do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). O Nina emergiu como um importante foco de estudo durante o processo de análises dos dados e, em virtude, volta a ser tematizado nas seções finais. Trata também os métodos e procedimentos da pesquisa a serem utilizados para o alcance dos objetivos e para as análises e discussões do resultado da pesquisa, com ênfase em aspectos descritivos e outras considerações. Por último, apresentamos as conclusões, onde há informações mais objetivas sobre o desfecho da pesquisa, cabendo ressaltar que a participação dos entrevistados revela uma significativa percepção visual e social de pessoas com deficiência no campus, mas, ao mesmo tempo, um conhecimento menos profundo em relação às políticas públicas referentes à pessoa com deficiência, assim como das legislações brasileiras. Contudo, há um amplo interesse pela obtenção de conhecimento mais aprofundado e pela participação em atividades e ações de inclusão.

A Constituição de 1988, como toda lei, é obra de seres humanos e reverbera suas contradições e potencialidades; é desta Carta que deriva todo o campo legal que cobre o tema aqui estudado, ou seja, o conjunto de legislações que definem a necessidade do tratamento igualitário à pessoa com deficiência. No ano de sua promulgação, em artigo datado de 4 de outubro, o sociólogo Florestan Fernandes, então deputado constituinte, afirmou:

A Constituição é fabricada pelos seres humanos. Carrega as suas marcas, as suas debilidades, as suas grandezas. Passei muito tempo examinando os passos que demos (e que deixamos de dar) e tentei descobrir como ela responde ao solo histórico e o nega. Das invenções humanas, ela é a mais complexa e sutil, mistificadora e hipócrita, verdadeira e cruel. Ostenta os rasgos utópicos - mesmo os que nascem para serem gestos e símbolos - e dissimula a sua essência: o poder, na forma que ele é exercido pelas pessoas, instituições e formações sociais do tope. Ela também pode ser uma aventura, em vários sentidos, durar muito ou pouco. Na verdade, nascida da vontade coletiva de elites, classes ou nações, poderá viver ou morrer tão fácil e fragilmente quanto os seus inventores e portadores (FERNANDES, 1989, p. 360).

A compreensão de que as leis humanas não são tão certas e infalíveis quanto as leis da natureza implica reconhecer que o caráter histórico e político das determinações civis é um elemento indispensável para se avaliar o sucesso ou o insucesso da constituição de uma sociedade. No Brasil, as marcas da história colonial, imperial e republicana estão presentes nas leis, não só quando demonstram a continuidade histórica, mas também quando representam uma ruptura com o passado. Os “rasgos utópicos” da Constituição, aos quais Florestan se referiu, se fazem presentes também quando o assunto envolve as deficiências. Pode-se constatar isso, seja quando a Carta proíbe “qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão” de pessoas com deficiência (Art. VII, XXXI), quando afirma que é “competência comum” – da União aos Municípios – “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia” de seus direitos (Art. 23, II), ou quando determina que a “lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado” para todos os que se enquadram em alguma(s) deficiência(s) (Art. 227, §2).

As demais legislações estudadas também passam, como adiante veremos, por rasgos utópicos e, consistindo muitas vezes apenas de “gestos e símbolos”, conforme afirma Florestan Fernandes, acabam sendo complexas e sutis, mistificadoras e hipócritas, verdadeiras e cruéis com as pessoas com deficiência. O olhar do universitário ao modo como é tratada a questão da acessibilidade mostra que, se longe estamos de garantir na íntegra tudo o que a lei prevê, será apenas pelo amparo das leis e por meio de sua incorporação às instituições, que será possível fazê-la viver para além da vida de seus inventores. Este trabalho defende que a função desenvolvida pelos núcleos de inclusão e acessibilidade das universidades pode ser um

excelente campo de mediação para que a comunidade estudantil possa não só observar, mas reconhecer a pessoa com deficiência como alguém que, apesar das diferenças, comunga direitos iguais. E, nesse sentido, fazer valer o que, de fato, prescrevem nossas leis.

1 CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA

1.1 Dos tempos bíblicos à contemporaneidade

A história não pode ser compreendida como um simples baú de onde retiramos notícias das mais diferentes épocas e lugares, tomando-as irrefletidamente como se fossem absolutamente verdadeiras e generalizáveis. Ao contrário, para encontrarmos na história os elementos que convêm a uma determinada pesquisa que se inicia, é necessário muito estudo e muita leitura. A fim de contextualizar o assunto aqui em análise, sem a pretensão de investir pesadamente em um campo certamente muito delicado, recorreremos às notícias históricas que permitem entender o problema da deficiência, indo a autores que podem dialogar de forma mais profunda com as argumentações e conclusões que serão apresentadas adiante a respeito da acessibilidade na universidade brasileira contemporânea.

Sabe-se que a deficiência não é algo peculiar aos tempos modernos, porém, cada época teve suas especificidades acerca do que a sociedade acreditou serem os motivos para que uma pessoa fosse definida como “deficiente”.

Nos tempos da pré-história são raras as especulações sobre a realidade da pessoa com deficiência. Por isso, abordaremos a partir dos tempos bíblicos. Desde o Velho Testamento, conforme relata França (2014, p. 108), há menções à deficiência.

O livro de *Deuteronômio* afirma que Deus cegará os homens que agem com imoralidade. Em *Levíticos*, por sua vez, são listadas diversas pessoas que não poderiam participar do ritual religioso primitivo, variando de indivíduos cegos e os pequenos (“anões”), àqueles com enfermidades como a sarna.

Segundo o autor, a situação muda no Novo Testamento, pois a deficiência não aparece mais como marca de punição ou de proibição, mas como objeto de piedade. Nesta parte do Evangelho, “o cenário é diferente em razão da presença de passagens onde há cura de deficiências por meio dos atos milagrosos de Jesus Cristo” (FRANÇA, 2014, p. 109). Em Esparta e Atenas, crianças com deficiência eram consideradas subumanas, então eram eliminadas ou abandonadas, dependendo da cidade em que estivessem, visto que na primeira eram jogadas do alto de um Rochedo e, na segunda cidade, abandonadas em praças públicas ou nos campos (PESSOTI, 1984). Sêneca, importante figura romana do século I, evidencia, na primeira parte de seu tratado *Sobre a Ira*, a visão de seu tempo sobre as crianças nascidas disformes.

Matamos a pancadas os cães bravos e abatemos o boi selvagem e feroz, e aos animais doentes deitamos o ferro para que não contaminem o rebanho, eliminamos os fetos malformados, inclusive afogamos nossos filhos se nasceram fracos e disformes. Não é ira, mas um ato racional separar o que é inútil do que é são.

Na perspectiva aberta por Sêneca, é natural que matemos as crianças “fracas e disformes” por uma distinção racional. É uma morte impingida não com a fúria e emocionalidade, mas com o conselho da razão que leva a separar o inútil do que é são. Notamos que Sêneca, pensando assim, identifica a utilidade do ser humano às suas condições perfeitas de saúde. Com a difusão do Cristianismo, mais precisamente durante a Idade Média, as pessoas com deficiência recebiam atos de caridade; não eram abandonadas ou eliminadas,

mas acolhidas em igrejas e conventos; caso a deficiência fosse moderada, permaneciam sob os cuidados da família. O ato de caridade evidenciava o preconceito existente.

Segundo Maria Regina de Souza (1995, p. 71-72), desde Aristóteles, filósofo antigo, até praticamente o fim da Idade Média, “os surdos eram considerados imbecis e, portanto, sem direitos legais ou civis”. No entanto, desde o Código Justiniano (do ano 529) já havia distinção entre surdos congênitos e surdos que adquiriam a surdez depois de já terem sido educados. Em seu parecer, a “Idade Média desemboca na Modernidade com uma nova e embrionária concepção sobre o surdo” que “toma forma no interior dos movimentos sociais e intelectuais de renovação cultural e artística que caracterizaram o Renascimento” (p. 72).

Segundo Pessoti (1984), a duplicidade entre proteção-segregação preponderou ao longo da Idade Média, e não se reduziu com a Reforma Protestante no século XVI. Mesmo assim, Martinho Lutero, a figura mais importante da Reforma Protestante, ainda considerava as pessoas com deficiência como seres demoníacos que necessitavam de castigos para serem purificados, pois não possuíam nem razão nem graça divina.

Costuma-se tomar justamente o século XVI como ponto de início de uma mudança, pela qual as práticas de cuidado de pessoas com deficiência passam gradualmente a ser um “problema médico e não somente assistencial”, ainda que uma “lógica assistencialista” permaneça ainda por muito tempo presente (SILVA & WEBER, 2006, p. 32).

Se no final da Idade Média, por volta do século XIII, foi criada a primeira instituição responsável por amenizar os efeitos da deficiência, só no século XIX apareceu a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental. Esta lei pautava-se também em diferenciar as pessoas com deficiência mental daquelas com doença mental, sendo a primeira considerada como “loucura natural” e a segunda como “lunática”, tendo transtornos transitórios. O rei era o responsável pelos cuidados com as pessoas “deficientes” mentais, recebendo a herança delas como pagamento (RODRIGUES & MARANHE, 2008, p. 9).

Antes disso, no nascedouro da Idade Moderna, mesmo tendo sido já publicada a obra de 1664, *Celebri Anatome* (Thomas Willis, 1621-1675) que apresenta a deficiência cientificamente como um produto de estrutura e eventos neurais, em perspectiva organicista – a deficiência mental ainda era vista como na época passada, quando as pessoas que viviam aquela situação tinham seus bens e heranças administradas por leis. Isso se dava, pois a pessoa com deficiência era considerada enferma ou acometida de uma desgraça natural (PESSOTI, 1984). Nesse período, as atitudes de caridade ainda prevaleciam.

No mesmo período, houve avanço do conhecimento sobre a deficiência mental, visto que, por mais singelo que continuasse a ser, carregava a preocupação de suprir, através do ensino, o que eles acreditavam ser carência, conforme texto abaixo:

No século XVII, John Locke revoluciona as doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções. Ele definiu o recém-nascido e o idiota como “*tabula rasa*” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e via, então, a deficiência como a carência de experiências. Advogava que o ensino deveria suprir essa carência. (BRASIL, 2008, p. 10)

A partir desta premissa, surge a teoria da aquisição de ideias de Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), quando é sugerida a maneira de perceber como aparecem os eventuais atrasos no desenvolvimento. Com Condillac, muito influenciado por Locke (1632-1704), chegamos então à Idade Contemporânea.

A educação, no mundo contemporâneo, começa a ser defendida como “um direito de todos, posto que qualquer sujeito, fosse ele louco, doente ou deficiente poderia vir a conhecer o mundo” (CAIXETA, 2003, p. 28). O século XVIII deu a luz ao *Tratado do bôcio e do cretinismo*, por François-Emmanuel Foderé (1764-1835), obra em que é discutida a

hereditariedade da deficiência. Para o autor, a deficiência mental é causada pelo hipotireoidismo congênito; o cretinismo seria maior ou menor de acordo com o agravamento da doença. Dessa forma, os diferentes níveis de retardo foram relacionados à hereditariedade, como maneira de justificar a segregação e esterilização dos adultos afetados pelo bócio, sendo este um inchaço causado pela glândula da tireoide. Ainda no contexto do iluminismo – em 1764 – Immanuel Kant (2010) redigiu o opúsculo *Ensaio sobre as doenças da cabeça*, com apontamentos sobre a loucura.

No século XIX, surgiram vários autores como Itard, Pinel, Esquirol, Séguin, entre outros que foram responsáveis por complementar, avançar e enfrentar ideias entre si acerca da deficiência. Tais ideias mudaram a situação dessas pessoas que não seriam mais ser tratadas como loucas, dignas de serem isoladas, excluídas e eliminadas, mas sim como pessoas que vivem naquele estado e devem ter a atenção devida, ultrapassando o estigma de anormal. Dessa forma, passaram a ter – definitivamente – sua doença estudada, o que não significava curada, pela medicina.

Nesse momento, com os incentivos das ideologias desses pensadores, passaram a surgir as primeiras escolas especiais para crianças com deficiência mental, a fim de incentivar a autonomia e a independência, através dos precursores Pestalozzi e Froebel, sendo o primeiro defensor da educação pública, inclusive para crianças mais pobres, e o segundo, baseado nos ensinamentos do primeiro, autor de um sistema de educação especial através de jogos e materiais específicos capazes de tornar o ensino mais produtivo (EBY, 1970).

Em 1905, por solicitação do Governo Francês, assinada por Alfred Binet, foi publicada uma escala métrica de inteligência que ele havia elaborado com Theodore Simon, tendo como meta medir o desenvolvimento da inteligência das crianças de acordo com a idade mental. Essa escala foi de suma relevância para a elaboração de muitos outros testes, em particular o de QI (Quociente Intelectual) (RODRIGUES, 2008). A criação desta escala veio a afetar os estudos sobre a deficiência inclusive no campo da educação especial no Brasil (TEIXEIRA, 2019).

No início do século XX, Maria Montessori criou um método a ser aplicado em suas escolas, cujos materiais foram pensados para auxiliar o aprendizado, provocando o raciocínio (MONTESSORI, 1965). Em *Pedagogia Científica: a descoberta da criança*, a autora estabelece distinções entre o tratamento pedagógico que deve ser dado à criança normal e à criança anormal. Com isso, educadores e educadoras puderam se dedicar com mais atenção e rigor à educação daqueles que não correspondiam ao ideal da educação (p. 171-174). Ressaltamos nessa época, apesar da preocupação da organização sociocultural em manter essas pessoas isoladas ou confinadas em manicômios para garantir a ordem social, um grande avanço pedagógico no tocante à educação especial.

A partir de toda essa trajetória, realizada sinteticamente através de situações vivenciadas em cada época, percebe-se o confronto da Humanidade, com o passar dos anos, com aquilo que todos consideram anomalia, e leva muitas pessoas a segregar, isolar, excluir, eliminar e tratar como inválidas e inúteis as pessoas com deficiência. O gradual despertar humano quanto a estudos que viessem a abordar essa temática, se dá a fim de *inserir* essas pessoas na sociedade, talvez sem a intenção de *incluir-las*, de fato, visto que, ainda com todo esse avanço pedagógico, mesmo no século XX, permaneceu a inquietação sobre o que essas pessoas poderiam causar para a ordem e a saúde pública. Elas ultrapassavam os limites da norma, seja a norma política, seja a norma médica.

Diante dessa discussão, podemos refletir, juntamente com o texto de Georges Canguilhem (1904-1995), sobre as ideias de “normal” e “patológico” que são contrárias, mas ao mesmo tempo, se complementam:

Para julgar o normal e o patológico não se deve limitar a vida humana à vida vegetativa. Em última análise, podemos viver, a rigor, com muitas malformações ou afecções, mas (...) podemos sempre fazer alguma coisa, e é nesse sentido que qualquer estado do organismo, se for uma adaptação a circunstâncias impostas, acaba sendo, no fundo, normal, enquanto for compatível com a vida. (...) O homem, mesmo sob o aspecto físico, não se limita a seu organismo. O homem, tendo prolongado seus órgãos por meio de instrumentos, considera seu corpo apenas como um meio de todos os meios de ação possíveis. É, portanto, para além do corpo que é preciso olhar, para julgar o que é normal ou patológico para esse mesmo corpo. Com uma enfermidade como o astigmatismo ou a miopia, um indivíduo seria normal em uma sociedade agrícola ou pastoril, mas seria anormal na marinha ou na aviação. Ora, a partir do momento que a humanidade ampliou tecnicamente seus meios de locomoção, saber que certas atividades nos são vedadas faz com que nos sintamos anormais, pois essas atividades se tornaram, para a espécie humana, ao mesmo tempo uma necessidade e um ideal. Portanto, só se compreende bem que, nos meios próprios do homem, o mesmo homem seja, em momentos diferentes, normal ou anormal, tendo os mesmos órgãos, se compreendermos como a vitalidade orgânica se desenvolve em plasticidade técnica e em ânsia de dominar o meio (CANGUILHEM, 2009, p. 79).

O texto citado, embora longo e prolixo, remete à ideia de que depende do referencial em que o indivíduo está inserido para considerarmos algo como normal ou patológico. A pessoa com deficiência tem limitações, porém se as condições ofertadas estiverem condizentes com suas necessidades, é possível que realize atividades pessoais, sociais e profissionais como as demais pessoas. O importante é que a sociedade, com o avanço dos estudos e compreensão acerca dos direitos das pessoas com deficiência, inclua de fato os indivíduos e não apenas os integre, pois assim proporciona o acesso capaz de efetivar o direito comum à todos os cidadãos, independentemente de qualquer peculiaridade. Para Canguilhem, a normalidade e a anormalidade dependem sempre do contexto cultural e das ações que cada sociedade ou tempo histórico exige dos indivíduos.

O autor francês enfatiza algo que não pode passar despercebido: “para julgar o que é normal ou patológico” em relação a um corpo, é necessário olhar “para além” do próprio corpo, isto é, para a sociedade que o circunda, tendo como foco os meios dos quais tanto o normal quanto o anormal dispõem para chegarem à própria realização enquanto seres singulares. O exemplo segundo o qual o astigmatismo seria normal em uma sociedade camponesa, mas anormal em uma atividade de aviação, ilustra com nitidez a situação que aqui examinaremos: o problema da acessibilidade. Um cidadão dito “com deficiência física”, uma vez colocado em uma universidade onde o acesso à biblioteca, ao restaurante, à sala de aula e ao espaço recreativo é igualmente amplo aos cadeirantes e não cadeirantes, não tem naquele espaço, a rigor, deficiência nenhuma.

Michel Foucault, à luz das elucubrações de Canguilhem, explicita, de um ponto de vista crítico, com qual finalidade nasceu e ganhou valor a noção de “norma”. Em certa aula de seu curso sobre *Os anormais*, Foucault (2001, p. 62) assinalou:

(...) A norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. Conceito polêmico – diz Canguilhem. Talvez pudéssemos dizer político. (...) A norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo.

Nessa passagem, podemos constatar algo indispensável para o problema da deficiência, tal como aqui a concebemos: para compreender o significado de “ser deficiente” é

preciso atentar mais do que ao corpo dos indivíduos; é necessário entender as relações políticas e as relações de poder que certa ideia de normalidade estabelece para cada corpo apontado socialmente como deficiente. As normas excluem e rejeitam sem cessar, mas não foram criadas com a função de excluir e rejeitar; elas foram (e são constantemente) criadas para impor ações, regular práticas, intervir e transformar; se excluem ou rejeitam é porque têm o poder de normatizar os corpos.

O brevíssimo histórico apresentado não teve como finalidade esgotar todas as possibilidades de entender o problema da deficiência na história e as diferentes posições assumidas em relação a ela. O intuito foi apenas mostrar algo que é fundamental neste trabalho: os modos de conceber a deficiência se *transformam* ao logo dos tempos; assim também ocorreu no Brasil, como não poderia deixar de ser. Além disso, este histórico permite identificar como, para uma autêntica investigação sobre a acessibilidade, não podemos apenas olhar para o corpo daqueles que dependem de acesso diferenciado, mas também ao suposto “normal” com que ele trava suas relações.

1.2 A percepção da alteridade

Estamos inseridos em determinadas comunidades de que assumem certos costumes. Os pensamentos e modos de julgar das pessoas são determinados pelas experiências individualmente vividas que contribuem para construir a visão individual do mundo. As percepções e sentimentos são recriados e reconstruídos mediante fatores externos.

A partir do momento em que a experiência – quer dizer, a abertura ao nosso mundo de fato – é reconhecida como o começo do conhecimento, não há mais nenhum meio de distinguir um plano de verdades *a priori* e um plano das verdades de fato, aquilo que o mundo deve ser e aquilo que efetivamente é (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 298).

A experiência de um ser humano, qualquer que seja ela, o coloca em contato com outro e o modo como concebemos este outro se liga sempre ao modo pelo qual constituímos nossa experiência no mundo. Dessa maneira, como compreender o olhar de alguém sobre as vivências de outro ser que está distante dele? É necessário pensar a responsabilidade de interpretar e respeitar a percepção dos sujeitos, visto que, na dinâmica da vida, as relações sociais e vivências são diferentes em cada ser humano.

Maurício Farinon, em um artigo sobre a relação entre a alteridade e a educação, evidencia o quanto a realidade atual impõe a consideração e o reconhecimento da existência de outros modos de vida que extrapolam a “racionalidade do igual” e, acrescentaríamos nós, *do idêntico*. A existência de diferentes modos de “ser gente” em uma mesma sociedade é, contudo, problemática.

Se, por um lado, estamos diante de um tema urgente para o pensamento atual, por outro, temos um enorme problema a ser resolvido, no sentido de saber se o senso de diversidade e pluralidade, com o conseqüente ideal de inclusão, são suficientes para a ocorrência de relações éticas. Com a diversidade e pluralidade estamos diante da ideia de realidades múltiplas que coexistem em um espaço e tempo comuns, mas isso não resolve o problema posto, o que nos lança a um desafio ainda maior, o da educação em sua responsabilidade de formação do humano para não simplesmente aceitar o diferente pela via jurídica, mas, juntamente com as estruturas externas, transformar as estruturas internas que o impedem de ver o diferente como não perigoso ou não tão humano. Isso se constitui em uma questão urgente para ética e educação (FARINON, 2018, p. 130).

A proposta de Farinon é consequente, na medida em que identifica em essência o problema ético da educação no mundo contemporâneo, a saber, a constatação de que a igualdade (de direitos) entre diferentes modos de ser *não* é um dado natural e espontâneo nos seres humanos, mas requer formação. O tratamento social igualitário exige um trabalho formativo pelo qual os indivíduos, de acordo com suas estruturas internas, e não apenas pela coerção externa da lei, vejam o diferente não como perigoso ou menos humano que eles mesmos, mas iguais em humanidade, não obstante as diferenças.

Farinon admite que não basta situar as diferenças no interior de uma sociedade comum para que o problema de alteridade esteja solucionado. A partir da reflexão por ele colocada, cabe a pergunta: o sentimento de diversidade e o sentimento de pluralidade, “com o consequente ideal de inclusão, são suficientes para a ocorrência de relações éticas”?

O objetivo desse trabalho, já expresso, consiste em conhecer o olhar de universitários que não possuem deficiência para a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados por certa universidade brasileira, relacionando a percepção dos participantes da pesquisa ao que é proposto pelas Políticas Públicas brasileiras. Nesse sentido, tomaremos a universidade como lugar (em tese) de diversidade e pluralidade, onde prevalece um determinado ideal de inclusão ou de busca por inclusão dos mais diversos modos de ser gente.

Cientes das transformações históricas ocorridas na percepção da deficiência, e sabedores da necessidade de pensar o olhar do outro como forma de entender como se produz a consolidação de direito à diferença, indagaremos agora a distinção conceitual que se faz em geral entre *integrar*, *inserir* e *incluir*.

1.3 Integração, inserção e inclusão

Ao tratarmos do avanço das leis para pessoas com deficiência no Brasil, abordaremos os termos bastante usados quando se trata dessa temática.

Em 1991, foi criada pela Organização das Nações Unidas a Resolução 45/91, a qual determinava que o mundo alcançasse “uma sociedade para todos” até o ano de 2010, dando enfoque para as pessoas com deficiência.

A partir dessa época, surgiu a argumentação sobre o que seria integrar, incluir e inserir, e se tais conceitos estavam sendo satisfatórios para as pessoas com deficiência. A Fundação Banco do Brasil (2003), em documento coordenado por Veet Vivarta, reuniu uma série de ponderações a respeito as relações entre a questão da deficiência e o mundo da comunicação. Segundo o documento, a integração era capaz apenas de inserir na sociedade pessoas com deficiências, de modo a permitir que elas estudassem, trabalhassem, lessem, se movimentassem pelas ruas, ainda que com dificuldades, estando aptas para conviver em sociedade. Mas e aquelas que não estivessem aptas? Como fariam?

Em conformidade com os dados colhidos junto ao documento da Fundação Banco do Brasil (2003, p.19), nos anos 80, o emergente movimento internacional da Organização de pessoas com deficiência passou a questionar essa situação, visto que a sociedade apenas contribuíra no acesso, na adaptação do ambiente físico ou no recebimento de uma criança com deficiência em uma sala de aula. Nesse caso, por exemplo, há a inserção, mas como a criança não é incluída, tendo suas limitações entendidas e assistidas, não consegue acompanhar o desenvolvimento das demais crianças e retornam às suas famílias. A inclusão surge como forma de interação entre todas as pessoas, visto que cada um tem sua peculiaridade. Nessa perspectiva, não devemos apenas nos preocupar com as minorias, mas com a sociedade como um todo, a fim de torná-la ativa e heterogênea, com o respeito as mais diversificadas singularidades.

Após a cultura da segregação institucional, já explanada neste capítulo, a qual, apesar de isolar as pessoas com deficiência, foi considerada um grande avanço para a humanidade (visto que não havia mais o extermínio dessas pessoas), criou-se então a ideia de reintegração, visando reabilitação de pessoas com deficiência, porém limitando-se apenas às pessoas que tinham participação ativa na sociedade antes de se tornarem “com deficiência”. Nos anos 80, surgiu também a ideia de integração, segundo a qual a reabilitação era aberta para todos os tipos de deficiências. Embora existisse avanço quanto à criação de escolas especiais dentro das escolas comuns, com o intuito de aproximar as crianças com deficiência das demais, percebeu-se fragilidade quanto à integração, visto que nem todas as pessoas com deficiência eram consideradas aptas para conviver em sociedade. Então, aquelas que não tinham acesso à reabilitação, continuavam segregadas, sem a oportunidade do desenvolvimento.

Também a partir dessa época, com a percepção da fragilidade do sistema de integração, veio à tona a ideia da inclusão, discutida para que a sociedade fosse inclusiva, tratando da qualidade de vida das pessoas como um todo, não se limitando apenas às pessoas com deficiência. Nessa concepção, acredita-se ainda que, apesar de todos serem diferentes, não devemos tratar as pessoas com deficiência como “anormais”, “excepcionais”, mas apenas como “pessoas com deficiência”, evidenciando a mudança do adjetivo “portador”, visto que ninguém porta qualquer tipo de deficiência, como se pudesse por algum momento abandoná-la, coloca-la de lado, como se coloca a mochila ou os óculos: é o estado que o indivíduo vive.

Apesar dessas barreiras aparentemente intransponíveis, o paradigma da inclusão vem encontrando solo fértil, receptivo, e desencadeando o surgimento de escolas inclusivas, empresas inclusivas, lazer e turismo inclusivos, atividades esportivas inclusivas, espaços urbanos inclusivos, transportes inclusivos, mídia inclusiva etc. em todo o mundo (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2003, p. 23).

O adjetivo “inclusivo” tem sido, há alguns anos, bastante utilizado, porém não podemos confundir *inclusão* com *integração*.

Consideramos que já avançamos o suficiente no que concerne ao acesso para as pessoas com deficiência. A sociedade tem abraçado a “causa”, uma vez que este é um tema discutido e estudado na atualidade, porém ainda temos bastante a avançar, visto que em muitos locais informados no texto acima (empresas, escolas, turismo, espaços urbanos e etc.) ainda existem barreiras impeditivas para que a inclusão aconteça realmente. Os serviços ofertados não são totalmente adaptados para receber pessoas com deficiência, ainda não há capacitação de forma geral para o atendimento para essas pessoas. Ou seja, a importância não é apenas na adaptação do ambiente físico, na estrutura, mas em todos os sentidos que facilitem e colaborem com a vida digna das pessoas com deficiência, conforme apontam vários textos da coletânea organizada por Manzini (2006).

Há um longo e dialético caminho da exclusão à inclusão. Maria Odete da Silva (2009), em proveitoso artigo, retoma as etapas historicamente registradas para a chegada à inclusão: (a) da exclusão à segregação, (b) da segregação à integração e c) da integração à inclusão. Não se pode deixar de destacar o papel que tem a “integração” nesta série de conceitos e enfatizar que ela determina necessariamente um princípio de normalização.

À integração subsistiu o princípio da “normalização”, definida, nos finais da década de 50 do século XX, por Bank-Mikkelsen, diretor dos Serviços para Deficientes Mentais da Dinamarca e, posteriormente, incluído na legislação daquele país como possibilidade de que o deficiente mental desenvolva um tipo de vida tão normal quanto possível. Nirje ([em] 1969), diretor da Associação Sueca Pró Crianças Deficientes, perspectivou este conceito de modo mais abrangente, defendendo a introdução de normas o mais parecidas com as que a sociedade considerava como adequadas na vida diária do “subnormal”, como designou as pessoas com deficiência (SILVA, 2009, p. 139).

Pode-se avaliar, tendo como referência o cenário europeu, o quanto é tardio (em meio século pelo menos) o reconhecimento de que é preciso “normalizar” a pessoa com deficiência dentro de direitos comuns. A ação de integrar, porém, não vai além de criar normas ajustadas perfeitamente à desigualdade e que, sendo insuficientes para produzir igualdade, mantêm a estrutura social da exclusão, pois reforça o paradigma normal como única finalidade.

A inclusão, na perspectiva de Silva (2009, p. 145), aparece pela primeira de modo significativo em Portugal (ou seja, em língua portuguesa), em um documento do ano de 1997, o qual apresenta um verdadeiro programa de uma “filosofia da escola inclusiva”, porque “entre outras orientações, definia o perfil e as funções dos professores de apoio educativo”. A crer no relato da autora, pode-se concluir que só é possível falar em “inclusão” no âmbito escolar quando o espaço e os recursos necessários para garantir a igualdade de acesso ao conhecimento forem mobilizados por “unidades de atendimento” que fazem a mediação entre a determinação legal e a realidade. Essas unidades, segundo a professora portuguesa,

são, na sua essência, sala de recursos para toda a escola. Estas unidades são intervencionadas, também, na generalidade das situações, por técnicos de área da saúde e da reabilitação a partir de projetos de parceria que algumas instituições fizeram com os agrupamentos de escolas e com as equipas de coordenação de apoios educativos (SILVA, 2009, p. 146);

Este elemento vivo da inclusão, que é a mediação entre uma sociedade estruturalmente desigual e a conquista de uma sociedade de direitos comuns entre pessoas com e sem deficiência, será adiante recuperado, pois coloca em primeiro plano o papel dos agentes dessa mediação (as unidades e/ou núcleos de atendimento).

2 CAPÍTULO II

O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

2.1 O Brasil e as leis para pessoas com deficiência

Antes da Resolução 45/91 preparada pela ONU, a partir da qual era dada visibilidade à pessoa com deficiência através do anseio de tornar a sociedade global acessível para todos, o Brasil já havia iniciado esta discussão, visto que – conforme já foi citado – aparece na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que torna competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas “portadoras de deficiência”.

No ano seguinte, em 1989, foi promulgada a Lei nº 7.853, que “dispõe sobre o apoio às pessoas “portadoras de deficiência”, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Esta lei institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências” (BRASIL, 1989). A lei foi precursora da discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil; tornou-se incumbência do Ministério Público defender os direitos da pessoa com deficiência e se tornou crime a prática do preconceito. Embora o entendimento quanto à nomenclatura ao se referir à pessoa com deficiência não tivesse sido discutido, podemos considerar tal lei como um consistente avanço para a garantia da igualdade dos direitos básicos, a fim de fortalecer a democracia.

A Lei nº 8.742/1993 prevê em seus objetivos a habilitação, a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, bem como a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Em 1994, a Lei nº 8.899 concedeu passe livre no Sistema de transporte coletivo interestadual para pessoas com deficiência. Em 1999, surgiu o Decreto nº 3.298, a fim de regulamentar a Lei criada em 1989, conceituando os termos deficiência, deficiência permanente e incapacidade. Ademais, o Decreto categoriza os tipos de deficiência física, auditiva, visual, mental e múltiplas e institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conforme as seguintes diretrizes:

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;

e

VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista. (BRASIL, 1999)

Ainda no Decreto 3.298/99 são levantadas definições dos cinco grupos de deficiência, sendo essas, posteriormente, alteradas pelo Decreto nº 5296/2004, conforme conceituações abaixo:

- Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.
- Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais.
- Deficiência visual – cegueira ou baixa visão, que significa acuidade visual inferior a 0,3 no melhor olho, com a melhor correção óptica ou nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°.
- Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
- Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Embora o decreto amplie o número de deficiências, mostrando assim o entendimento de que há variados tipos, uma vez que isso não foi explanado em 1989, o estabelecimento de normais gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida só foi discutido na elaboração da Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000). Esse momento é de suma relevância para a visibilidade da necessidade da melhoria do acesso às vias e espaços públicos, na comunicação, meios de transporte e demais acessos que, até então, não tinham normas para garantir o direito de ir e vir dessas pessoas, eliminando barreiras que não contribuem com a inclusão.

Entre os anos de 2001 e 2006 foram criados vários Decretos e Leis com o intuito de garantir qualidade de vida e acessibilidade para as pessoas com deficiência. Vejamos abaixo:

- Lei nº 10.216/01: regula sobre a proteção e direitos; redireciona o modelo assistencial e em saúde mental.
- Decreto nº 5.296/04: estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade aos locais. Regulamenta a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei nº 10.845/05: institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de deficiência, e dá outras providências. Essa lei visa incluir os alunos com algum tipo de deficiência às escolas comuns, de forma progressiva. E caso não fosse possível a integração, de acordo com a situação do aluno, deveria ser garantida a universalização do atendimento especializado.
- Lei nº 11.126/05: assegura o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo acompanhada de cão-guia. Sendo, posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 5.904/06.

Após discussões acerca do nome “pessoa portadora de deficiência”, nos anos 90 foi adotado o nome “pessoas com necessidades especiais” e, até os dias atuais, “pessoas com deficiência”.

Em 2006, aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, tendo além dos princípios gerais, a garantia, através do Art. 24, de que as

pessoas com deficiência não fossem excluídas do sistema educacional devido à sua deficiência (BRASIL, 2007, p. 28). A partir da Convenção de 2006, houve demais avanços a respeito da educação para pessoas com deficiência, sendo então criada no Brasil, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, com o seguinte objetivo:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Nessa perspectiva, em novembro de 2011, foi criado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite, através do Decreto nº 7.612, propondo-se, de acordo com os termos da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a promover programas e ações que garantissem o exercício pleno e equitativo desses cidadãos. O documento aduz que:

Art. 2º - São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2011)

Com o mesmo conceito, “pessoa com deficiência”, foi sancionada em 2015 a Lei nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, chamada também de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em que é apresentada a garantia dos direitos dessas pessoas, tais como saúde, educação, moradia, atendimento prioritário, direitos civis, trabalho, facilidade ao acesso, como também o de igualdade de oportunidades e o não sofrimento de discriminação de nenhuma espécie. Uma das mudanças está relacionada à inclusão escolar. O Estatuto da Pessoa com Deficiência tornou obrigatório o acolhimento de estudantes com deficiência em escolas privadas sem distinção nos valores cobrados aos demais alunos. Além disso, foi formulado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, administrado pelo Poder Executivo Federal e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, que têm como propósito coletar, processar, sistematizar e disseminar informações que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, além das barreiras que impedem a realização de seus direitos (BRASIL, 2015).

O número de pessoas com deficiência no Brasil, de acordo com os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, é de 45 milhões e, apesar de várias leis terem sido criadas a fim de facilitar o acesso não apenas ao espaço físico bem como aos serviços de forma digna a essas pessoas, podemos considerar que muitas barreiras impedem que essas garantias, apresentadas de forma teórica, sejam efetivadas, inclusive quando tratamos do direito à educação.

2.2 Inclusão e educação

A educação, conforme proposto na Carta Magna brasileira, é vista como direito de todos, sendo dever do Estado e da Família com incentivo da sociedade. Além disso, pode ser ofertada pela iniciativa privada. Independentemente da forma, sendo pelo poder público ou

privado, a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação no Brasil vem se modernizando, ainda que de forma lenta, buscando acompanhar a globalização, com leis e normas inovadoras que buscam, não só facilitar o acesso ao conhecimento, mas a inclusão social e a busca de novos conhecedores de várias áreas para um desenvolvimento melhor do país e do mundo. A perspectiva do ensino vai além da ponte para o conhecimento, contribui com melhor visão do mundo e o papel de cada um para uma melhor sociedade.

Nesse contexto de inclusão social e modernização, passa a ser discutida a acessibilidade, sendo um dos temas explorados nos tempos atuais. O assunto se refere ao acesso viável quanto ao ambiente e materiais adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como ao acesso a informações e a serviços para um sujeito criador de sua própria história, de forma independente.

Dessa maneira, a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, buscando garantir acessibilidade, tem se tornado cada vez mais constante, contribuindo para o bem-estar e autonomia dessas pessoas, buscando assegurar-lhes ainda o direito à educação, inclusão social e atenção à saúde. Porém, é necessária a adequação da estrutura do ambiente escolar para que o atendimento seja de qualidade. Segundo Dutra e Santos (2010), citados por Queiroz e Souza (2015, p. 2),

Cada dia mais percebe-se esforços para uma política de inclusão social voltada a combater o problema de discriminação e exclusão educacional, onde cresce e aprimora-se o número de ações afirmativas de acesso e permanência de pessoas com qualquer tipo de deficiência no âmbito escolar, pré-escola à pós-graduação.

Na realidade, contudo, a relação entre teoria e prática não está em consonância, pois apesar de existirem todas as leis de amparo, projetos e políticas governamentais que incentivam as pessoas com deficiência, a mudança ocorre de forma lenta, uma vez que a sociedade ainda está se adaptando para atendê-las de forma justa e igualitária, pois os ambientes não estão todos acessíveis, além de alguns profissionais não estarem capacitados ao atendimento especializado, entre outros fatores.

Algumas modificações são de suma importância para a autonomia da pessoa com deficiência, como, por exemplo, a existência de elevadores ou rampas que viabilizem o acesso, mostrando a elas que podem estar presentes em todas as dependências de uma instituição, como qualquer pessoa.

A inclusão das pessoas (com deficiência ou sem) no ambiente escolar comum, sem segregações em escolas especiais, proporciona condições legais para que permaneçam e concluam os níveis de ensino, dando continuidade aos seus estudos. Isto é relevante para que elas estejam em meio a outras realidades e tenham a percepção de que, apesar de serem diferentes as situações, são experiências de pessoas detentoras de direitos, como as demais, conforme afirmam Santos e Paulino (2006, p. 33):

Promover a inclusão de “deficientes” significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. A concepção da Educação Especial como serviço agrega e cria dois sistemas separados de educação: o regular e o especial, eliminando todas as vantagens que a convivência com a diversidade pode nos oferecer.

Além disso, essas experiências proporcionam aos profissionais envolvidos no convívio com pessoas com deficiência (sejam elas na locomoção, na forma de se comunicar, na maneira de aprender) maior incentivo para a realização de estudos, a fim de contribuir para a mudança do cenário da acessibilidade, buscando melhorar a qualidade de vida dos seus estudantes.

2.3 A acessibilidade em questão

A acessibilidade pode ser compreendida, de maneira ampla, como forma de tornar viável a utilização de transportes, locais públicos e privados, além de envolver a informação e a comunicação para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Discutiremos o tema abaixo, recorrendo a conceitos e argumentos pedagógicos que permitam aprofundar o assunto.

De acordo com o dicionário Michaelis (*Online*), “acessibilidade” significa facilidade de acesso, qualidade do que é acessível; facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção. Embora esteja correta a definição desse termo, é necessário conhecimento mais aprofundado sobre ele, pois há muitas variáveis dentro do conceito de acessibilidade. O significado dado pelo dicionário, por exemplo, não expressa as diversas dimensões que a acessibilidade implica.

Segundo Sasaki (2005, p.23), pode-se pensar em seis dimensões, pelas quais se nota como é complexa a ação de providenciar o acesso no mundo contemporâneo.

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos e nos transportes coletivos.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Ao se enfrentar o problema da acessibilidade imediatamente vem à mente a imagem do acesso arquitetônico e comunicacional. Contudo, as dimensões metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais evidenciam que o tema ultrapassa a questão dos espaços físicos ou da oferta de serviços e atendimento; envolve ainda o alcance dos direitos constituídos por legislações e a consciência das pessoas para que a diversidade humana se dê com respeito e reconhecimento.

Assim como conceituado pela NBR 9050 da ABNT (2015), de acordo com a última legislação referente à inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), acessibilidade é

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Pensando no âmbito educacional, deve haver a preocupação em utilizar instrumentos que viabilizem o acesso das pessoas com deficiência, para que essas sejam incluídas e não somente integradas sem os recursos tecnológicos necessários. Assim como exposto na citação acima, acessibilidade é possibilidade de alcance, percepção e entendimento para utilização. Há diversas tecnologias assistivas disponibilizadas para os estudantes com deficiência, que podem ser de alto e baixo custo, conforme bem explicam Bandeira, Rocha e Déa (2018).

Existem tecnologias de alto custo que podem ser disponibilizadas para os alunos com deficiência pelas instituições de ensino ou por instituições específicas, como: lupas eletrônicas, impressora braile, impressora em relevo, impressora 3D, computadores, leitores ou ampliadores, mouses específicos, entre outros. Existem também tecnologias assistivas que são utilizadas cotidianamente e trazidas para o ambiente educacional pelos próprios alunos que podem ser de fundamental importância para a aprendizagem. Como é o exemplo das régua ampliadoras e lupas usadas por alguns alunos de baixa visão, das regletes usadas por alunos cegos para escrever em Braile, das bengalas de locomoção e de aparelhos para facilitar a pessoa com deficiência física a segurar a caneta. Também existem tecnologias de baixo custo que muitas vezes são produzidas pelos próprios professores ou pela equipe de atendimento educacional.

Contudo, para que esses instrumentos sejam utilizados de maneira eficaz, é necessário que haja conhecimento das tecnologias assistivas disponíveis, além da atuação de pessoas formadas na área nos ambientes educacionais, desde a educação infantil ao ensino superior. É largo, portanto, o leque de formas pelas quais é possível contribuir com a amplitude da acessibilidade em suas diferentes dimensões.

2.4 Acessibilidade no Ensino Superior

Como o problema da inclusão, nos termos concebidos pela legislação mais recente, transparece no cotidiano da universidade brasileira? A acessibilidade, de maneira geral, é importante para que as pessoas com deficiência tenham o direito de ir e vir como todos os cidadãos. Ademais, em consonância à educação de qualidade social, o ensino superior garante o direito da participação dessas pessoas na Universidade, na capacitação para o mercado de trabalho, na convivência com pessoas das mais diversas realidades e, conseqüentemente, no conhecimento para o crescimento pessoal.

É importante, ao mencionar a ideia de “qualidade” da educação, não confundi-la aos discursos tecnicistas e empresarialistas segundo os quais é necessário submeter a escola a paradigmas de avaliação semelhantes aos de empresas. Esta é, em suma, a ideia de uma “qualidade total” na educação, que vem redirecionando o discurso de democratização da escola a promessas de eficiência, desempenho e hierarquização dos alunos, tendo em vista premiar os melhores e punir os piores (GENTILI, 2010, p. 172). Torna-se, pois, indispensável pensar a qualidade em educação como direito social por meio do qual todos tenham acesso a

uma formação que prepare para a vida em sociedade e para o reconhecimento democráticos das diferenças.

Nas determinações do Ministério da Educação, através do Decreto nº 9.235/2017, um dos objetivos da regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Ensino Superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, é promover a igualdade de condições de acesso (BRASIL, 2017), ou seja, isso que tomamos como fundamento da qualidade social em educação.

Porém, apesar das Políticas Públicas existentes e que estão sendo colocadas em prática, ainda encontramos barreiras que impedem que esse acesso seja como o idealizado. A inclusão na educação, visando neste momento não somente às pessoas com deficiência, mas às demais que constituem as minorias em nosso país, deve ser efetivada a fim de garantir o direito à educação, direito a ser proporcionado à sociedade em geral.

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior está regulamentada pela Portaria nº 1679, de 02 de dezembro de 1999, revogada pela Portaria 3.284/2003 que assegura às pessoas com deficiência condições básicas de acessibilidade ao nível superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Também nesse sentido, a Resolução 80/2008 do CONEP (Conselho do Ensino e da Pesquisa) veio estabelecer reserva de vaga nas Universidades. No entanto, há um abismo entre a lei e sua efetivação. (FERNANDES; SOUZA. 2012, p. 2)

Muitas são as disposições legais que são dadas e revogadas. A realidade, entretanto, como afirma o texto supracitado, é divergente do proposto nas leis. Apesar de existir a reserva de vagas para pessoas com deficiência ingressarem no ensino superior, conforme Lei 12.711/2012, tendo como critério primordial as de escola pública que cursaram o ensino médio integralmente em escolas desse segmento, ao ingressar na Universidade nem sempre elas têm a oportunidade de permanecer, visto que as condições ofertadas podem não satisfazer suas necessidades peculiares. Além disso, pergunta-se: a realidade local tem escolas públicas da educação básica com acessibilidade, capazes de garantir a educação plena para pessoas com deficiência? Mesmo sem condições financeiras, a família se vê na obrigação de pagar escola particular que tenha acesso mais viável. Dessa maneira, há o questionamento não só sobre a acessibilidade no ensino superior, mas também a luta pelo fortalecimento dela, para que o aluno consiga permanecer na educação pública e usufruir da reserva de vagas de acordo com sua situação.

A redação da Lei nº 13.146 define “barreira” como qualquer entrave, obstáculo que limite ou impeça a participação social da pessoa, além da comunicação e o acesso à informação. Existem não só as barreiras arquitetônicas e as urbanísticas, as existentes nas vias, nos espaços, edifícios públicos e privados, mas também as barreiras atitudinais, caracterizadas por atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com os demais (BRASIL, 2015).

Dessa forma, as barreiras arquitetônicas e urbanísticas no ambiente educacional não são as únicas que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes, mas as atitudinais têm sua responsabilidade, vide a ausência de professores de apoio ou professores mediadores, para auxiliar alunos com deficiência física/neuromotora que têm dificuldade na linguagem oral e escrita, por exemplo; ou até mesmo a ausência do interprete da Língua Brasileira de Sinais, que possibilita a aprendizagem e a comunicação entre surdos e ouvintes. Sem o atendimento devido ao aluno com deficiência, mediante as dificuldades que possa enfrentar, ele pode chegar à evasão.

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. (CUNHA *apud* MOUSINHO, *et al.* 2010, p. 94)

Sendo assim, para que o aluno com deficiência tenha acesso ao que é garantido pelo Decreto nº 7.611, conforme o Art. 2, “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011). É imprescindível que tenha o atendimento ao serviço mencionado, se necessário, não devendo a Instituição solicitar laudo médico, visto que o atendimento é pedagógico e não clínico, conforme apontado na Nota Técnica nº 04/2014, expedida pelo Ministério da Educação. De acordo com a nota, a Lei nº 11.887 de 01/09/05 estabelece

(...) que os órgãos da administração pública direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista, instituições bancárias e financeiras e as entidades privadas estão obrigados a adaptar seus espaços de atendimento ao público geral, ao uso de pessoas com deficiência, assim como implementarem soluções técnicas nos equipamentos de auto-atendimento que propiciem seu uso-normal. Entendem-se como modificações físicas desses equipamentos as eliminações que se fizerem necessárias, de quaisquer obstáculos que limitem ou impeçam o acesso dessas pessoas. Já as soluções técnicas são concebidas como as alterações necessárias que viabilizem o uso, sem restrições, nos equipamentos e programas. (SIMÕES. 2008, p. 350)

Embora a lei mencionada seja do ano de 2005, fica evidente que, além do direito das pessoas com deficiência quanto à reestruturação desses espaços, como das Universidades, há a obrigação por parte das Instituições em promover adaptações quanto aos serviços, extinguindo qualquer tipo de obstáculo ou impedimento.

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.611/2011, o sistema educacional inclusivo deve ser garantido em todos os níveis, sem discriminação, e as Instituições de ensino superior precisam assegurar não só as adaptações de acordo com as necessidades, mas também como maneiras de garantir o apoio especializado visando à inclusão plena.

Mais adiante, além das análises e discussões, conheceremos a história da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, local da pesquisa, e abordaremos como se coloca mediante a acessibilidade.

3 CAPÍTULO III

O OLHAR DO UNIVERSITÁRIO: MÉTODOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

3.1 Conhecendo a Universidade Federal do Pampa (Campus Santana do Livramento)

A Fundação Universidade Federal do Pampa foi criada na oportunidade da Política de renovação e expansão iniciada pelo Governo Federal dos anos 2000, mediante a reivindicação da comunidade local para que tal região do Rio Grande do Sul fosse atendida com uma Instituição Federal de Ensino Superior. Em 2005, foi firmado o Consórcio Universitário da Metade Sul, através de um acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

O Campus Santana do Livramento, local onde foi realizada a pesquisa, foi implantado pela UFPEL, sendo criado o curso superior em administração como o primeiro do campus, tendo início às atividades em setembro de 2006. Contudo, no mesmo ano, foi colocada em pauta, no Congresso Nacional, a criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), através do Projeto de Lei nº 7.204/06.

Em janeiro de 2008, foi criada a Lei nº 11.640, a qual cria a UNIPAMPA. Nos últimos anos, foram criados mais de 31 cursos de graduação em toda a Universidade, o Campus Santana do Livramento conta com tais cursos de Ensino Superior: administração, direito, ciências econômicas, tecnologia em gestão pública e relações internacionais. Além dos cursos de Pós-graduação de Especialização em Gestão Pública Municipal, Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas e Mestrado em Administração. Ao total, no ano de 2019, o campus possuía, aproximadamente, 1.583 estudantes matriculados. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA, PDI (2013).

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O PDI, para os anos de 2014-2018, em vigência no período da pesquisa, uma vez que o atual estava em estudo para implementação, foi estruturado a partir das necessidades expostas pela comunidade acadêmica, através de discussões virtuais e presenciais. Dessa maneira, foram criados 4 eixos estruturantes para que o planejamento estratégico da Instituição fosse alcançado, sendo eles: Excelência Acadêmica, Aperfeiçoamento Institucional, Dimensão Humana e Compromisso Social. Dentre os 4 eixos estruturantes, percebe-se a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência, visto que em seus objetivos refere-se a: garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão; desenvolver ações de aperfeiçoamento e qualificação dos profissionais na área de Acessibilidade; garantir às pessoas com deficiência condições de acesso e permanência na Universidade.

O respeito à diferença como um valor é anunciado entre as intencionalidades da Universidade, devendo ser materializado nas políticas, objetivos e metas que pretendem realizar a Universidade desejada. Esse compromisso deve estar amplamente estabelecido e materializado nas políticas de ensino, de pesquisa e de Extensão e de gestão, cuja pretensão é garantir o acesso, a permanência e o sucesso de acadêmicos e servidores com deficiência na Instituição, em ambientes exclusivos, conforme preconizado pelo Decreto nº 6949/2009. (UNIPAMPA, 2013, p. 80)

Visando o atendimento às normas da ABNT NBR 9050, quanto aos espaços físicos para garantir acessibilidade, além da preocupação às diferenças promovendo política institucional de acessibilidade e inclusão para que os direitos de todos sejam respeitados, foi criado, em 2008, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), atuando, juntamente com os demais departamentos da Universidade, formado por servidores técnicos do Apoio Pedagógico e da Assistência Estudantil, atua em conformidade com o Decreto nº 7.691/2011 ao “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”

Uma das ações do NInA está voltada para a execução do Programa INCLUIR-Acessibilidade na Educação Superior do Ministério da Educação. Por meio dele foi criado um documento que orientou a Comissão Especial de Inclusão e Acessibilidade (Portaria nº 597/2017) para a confecção de diagnóstico das condições de Acessibilidade da UNIPAMPA.

Atualmente, o Campus Santana do Livramento possui 18 estudantes com deficiência, aliás, apenas esse número de estudantes apresentou que possui deficiência à secretaria acadêmica da Instituição, contudo apenas 3 possuem atendimento pedagógico especializado através do NInA. Os demais não preencheram se há necessidade do atendimento ou não desejaram ter.

O NInA tem como competências: identificação, cadastro e planejamento do ingresso, da permanência e da formação dos acadêmicos com deficiências e outras necessidades especiais; levantamento das condições de infraestrutura e acessibilidade para proposição de adequações nas várias áreas, dos Campi da Unipampa; criação de mecanismos que possibilitem flexibilização e inovação dos componentes curriculares nos cursos da universidade; e desenvolvimento de ações de sensibilização, orientação e formação para a comunidade acadêmica.

O Campus Santana do Livramento encontra-se hoje em dia na Rua Barão do Triunfo, nº 1048, no Centro da cidade de Santana do Livramento - RS.

O Núcleo conta com inúmeros instrumentos de tecnologia assistida, tais como: acionadores de pressão, espessadores, teclado colméia, livros em braille, dicionários em LIBRAS (papel e dvds), literatura sobre a educação especial, literatura sobre surdez, notebooks, lupas de mão, lupas de mesa, leitor de tela, aplicativo que escreve através da fala, lupa eletrônica, gravador, teclado com contraste, impressão ampliada e scanner OCR (lê e grava).

Quanto ao apoio humano, conta com a servidora responsável pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), sendo essa a tradutora e intérprete de Língua de Sinais. Há também dois bolsistas, acadêmicos da Universidade, que atendem aos estudantes. Cabe ressaltar, enfim, que a preocupação não se limita apenas aos estudantes, mas à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.

3.2 Metodologia da pesquisa

A pesquisa social é um processo que, através da obtenção de novos conhecimentos sobre a sociedade, aponta respostas para o problema colocado pelo pesquisador, por meio de métodos científicos (GIL, 2008).

Dessa forma, para que possamos alcançar os objetivos propostos, tanto o geral como os específicos, adotaremos, no processo da investigação científica, o método de abordagem o dialético.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas,

culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (GIL, 2008, p. 26)

Optou-se por este método científico, pois a pesquisa se liga à história das pessoas com deficiência, considerando os contextos econômicos, sociais, culturais de cada época, buscando conhecer em que mudaram as legislações, o entendimento social e o atendimento para essas pessoas. Mais precisamente, os fatos e os conhecimentos em sentidos opostos devem se confrontar para que sejam coerentes com a realidade a ser pesquisada. A dialética permite compreender como o objeto estudado se transforma ao longo do tempo e como é percebido pelos sujeitos, também eles transformados por seu contexto.

Ademais, a pesquisa é de natureza aplicada, tendo como característica fundamental o interesse na aplicação, na utilização e nas consequências práticas dos conhecimentos, conforme observa os estudos de Gil (2008, p. 27). O objetivo é de caráter exploratório, destacando-se pelo interesse em compreender o assunto através de pesquisas bibliográficas.

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL, 2008, p. 27)

A análise será predominantemente qualitativa, tendo como etapas a exploração, a decisão e a descoberta, preocupando-se em capturar, com o maior rigor possível, as percepções de cada entrevistado.

O “significado” que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão focalizadas. Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo. (BOGDAN e BIKLEN, 1982, *apud* LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.12)

O estudo de caso, adotado como procedimento científico, consiste no estudo aprofundado sobre a temática em uma situação singular, a fim de ampliar e detalhar o conhecimento de situações gerais. São também analisados documentos da UNIPAMPA, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, por exemplo. Este método é comumente utilizado nas pesquisas sociais, visando descrever o contexto em que será feita a investigação (GIL, 2008). Além disso, a análise documental apresenta diferentes pontos de vistas da situação analisada, mostrando que a realidade pode ser percebida por diferentes concepções.

O estudo de caso, somado ao questionário como técnica de coleta de dados, pode permitir que aspectos do problema da acessibilidade na universidade não percebidos venham a ser descobertos. Mediante leituras realizadas quanto à pesquisa qualitativa, optou-se por essa técnica de investigação, visto que, através de um conjunto de questões, é capaz de obter informações sobre sentimentos, valores, interesses e expectativas. As perguntas serão fechadas e abertas, preocupando-se em fazer com que os respondentes possam expor suas próprias respostas (GIL, 2008).

O público-alvo escolhido para o preenchimento do questionário será os universitários da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, sendo a amostra estudantes sem deficiência para que tenhamos visão e análise mais ampla através do olhar

também daqueles que observam à distância a situação das pessoas com deficiência, buscando compreender as percepções explicitadas, ou seja, a maneira pela qual esses estudantes enxergam a existência ou não do atendimento da necessidade do outro diante das condições de acessibilidade ofertadas.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado no pátio do campus Santana do Livramento, no horário do intervalo, no mês de dezembro de 2019. A seleção dos 15 estudantes foi de maneira aleatória, sendo explicado sempre o tema e os objetivos da pesquisa nas abordagens. Dessa forma, foram convidados a participar e o questionário foi aplicado nesse local após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que fosse seguido o procedimento ético de pesquisas envolvendo seres humanos e fosse mantido o sigilo dos participantes.

O retorno dos resultados da pesquisa aos participantes dar-se-á de forma indireta, através de *banner* com a análise e interpretação dos dados obtidos a ser exposto no pátio, local de encontro dos estudantes, na UNIPAMPA, visando o acesso aos envolvidos e à comunidade acadêmica. Ademais, os resultados da pesquisa têm a possibilidade de contribuir para a efetivação de melhorias no campus quanto à acessibilidade e para despertar o interesse dos estudantes quanto à temática.

A análise e a interpretação de dados, apesar de se diferenciarem em termos conceituais, se complementam para a obtenção de respostas para a investigação. A análise busca relacionar os dados obtidos e as hipóteses levantadas, enquanto a interpretação dará um resultado mais amplo das respostas obtidas, vinculando a demais documentos (LAKATOS e MARCONI, 2003).

As duas questões abertas do questionário foram analisadas por estabelecimento de categorias, uma vez que tendem à variedade de respostas e foram interpretadas à luz do referencial teórico, conforme observa Gil (2008, p. 157):

As respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias.

As respostas as perguntas fechadas, além das informações acerca do “curso, período e idade”, foram analisadas através do método dialético, visando não somente a caracterização e o resumo dos dados, mas também o estudo da comparação das variáveis (GIL, 2008), por meio de gráficos e tabelas.

A fim de manter o sigilo dos participantes na pesquisa, os entrevistados não colocaram seus nomes no questionário e foram, por isso, utilizados pseudônimos para diferenciar os dados obtidos. Os documentos desta pesquisa permanecem armazenados em uma pasta sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período mínimo de 5 anos. Após esse prazo o banco de dados dessa pesquisa será incinerado.

3.3 Aspectos descritivos e analíticos

A coleta de dados do presente estudo foi realizada no mês de dezembro de 2019 e os resultados foram apresentados a partir da análise das respostas das perguntas aos entrevistados.

Os envolvidos são estudantes de cursos de graduação e de períodos variados, conforme gráficos abaixo.

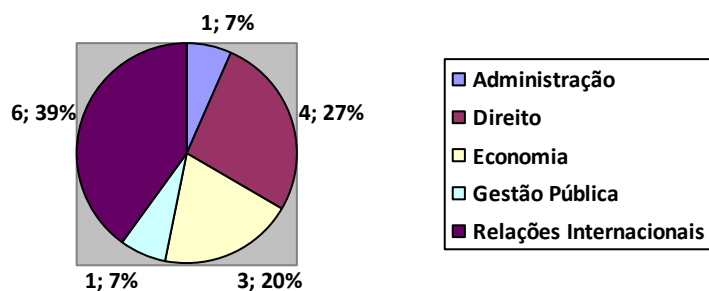


Figura 1 - Gráfico da porcentagem dos estudantes entrevistados por curso
 Fonte: *Dados da pesquisa, 2019*

O campus possui cinco cursos de graduação e, apesar ter sido feita a entrega aleatória dos questionários (respeitando apenas o critério de ser estudante sem deficiência), foram abordados acadêmicos de todos os cursos, sendo a maioria do curso de Relações Internacionais.

Ao considerarmos os semestres como “períodos”, vemos o gráfico abaixo quanto ao número de estudantes entrevistados referente aos períodos que se encontram na graduação.

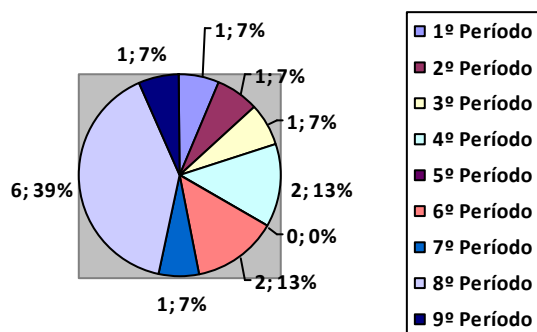


Figura 2 - Gráfico da porcentagem da quantidade dos estudantes entrevistados referente aos períodos dos cursos
 Fonte: *Dados da pesquisa, 2019*

Mediante gráfico acima, a maioria dos entrevistados está no 8º período, apenas estudantes do 5º período não foram entrevistados.

Os entrevistados têm idades entre 20 a 28 anos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados

Idade	N	%
20	1	6,66
21	4	26,67
22	4	26,67
24	1	6,66
25	2	13,34
26	1	6,66
28	2	13,34

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A maioria dos estudantes tem entre 21 e 22 anos, cabendo ressaltar que, entre os oito com essa faixa etária, apenas quatro estão no 8º período.

Tratamos os envolvidos por pseudônimos, “Participante 1”, “Participante 2” até o “Participante 15”, quando foi necessário mencioná-los em suas considerações. As respostas das perguntas do questionário foram analisadas por tabelas e agrupadas por categorias, quando necessário.

Para conhecermos a visão dos estudantes sem deficiência para as pessoas com deficiência no campus, foi feita a seguinte pergunta:

Tabela 2 – Pergunta 1 -Visibilidade sobre pessoas com deficiência no campus

Variáveis	N	%
Com qual frequência você encontra pessoas com deficiência no campus?		
Nunca	0	0
Às vezes	12	80
Sempre	3	20
Nunca reparei	0	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A maioria dos estudantes, sendo estes acadêmicos de períodos iniciais aos finais dos referidos cursos, respondeu que encontra “às vezes” pessoas com deficiência no campus. Dessa maneira, pensando na acessibilidade além dos espaços físicos, considerando que aspectos sociais que não discriminem ou segreguem também são voltados para a inclusão, podemos considerar que a visibilidade das pessoas com deficiência nesse espaço evidencia que, embora estejam alheios a essa realidade, estão atentos à presença dessas pessoas.

Evidenciamos o motivo da utilização das opções “nunca” e “nunca reparei”, pois, embora pareçam semelhantes, há representações diferentes para a pesquisa, uma vez que o “nunca” se relaciona a quem costuma atentar à presença de pessoas com deficiência ao seu

redor, mas nunca viu na universidade e a opção “nunca reparei” se destina àquele que, por não atentar a isso, quer afirmar que não sabe responder à pergunta, por não ter realmente reparado.

No ano de 2019, o campus possuía 18 estudantes com deficiência matriculados, sendo 03 do curso de Relações Internacionais (deficiência auditiva, baixa visão e deficiência física); 07 do curso de Administração (deficiência física, baixa visão, visão monocular, surdez, deficiência visual e deficiência intelectual); 05 do curso de direito (todos com deficiência física); 03 do curso de Gestão Pública (baixa visão, transtorno global do desenvolvimento – autismo, esquizofrenia e bipolaridade); no curso de Economia nenhum aluno com deficiência.

O espaço de convivência dos estudantes, como pátio e a entrada principal da Universidade, é central em relação ao prédio onde ocorrem as aulas, conforme imagens a seguir:



Figura 3 - Pátio central da UNIPAMPA - Campus Santana do Livramento
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



Figura 4 - Corredor com piso tátil para acesso as escadas
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O prédio onde se concentram as aulas possui três andares e mais dois subsolos. Em todos os andares há salas de aula, entretanto há uma cadeira elevatória e piso tátil pelas dependências da Instituição. Isso não significa dizer que o campus esteja em plenas condições

de acessibilidade, contudo revela uma maneira pela qual os estudantes podem enxergar o uso desses instrumentos quando necessários. Além disso, a entrada principal da Instituição, assim como a biblioteca e o pátio de convivência, estão alocados no térreo, contribuindo para que haja maior visibilidade dos estudantes entre si, inclusive as pessoas com deficiência.

Ao serem questionados se possuem familiares ou pessoas próximas com deficiência, 80% responderam que não possuem, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Pergunta 3 - vivência com pessoas com deficiência

Variáveis	N	%
3 - Você possui familiar ou alguém próximo a você com deficiência?		
Não	12	80
Não Sei	0	0
Sim	3	20
Qual deficiência?		
Participante 1 - Auditiva e fala;		
Participante 2 - Deficiência mental;		
Participante 3 - Atrofia muscular.		

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Retomando a posição distante da realidade do estudante com deficiência, tendo em vista que 80% não possuem familiares ou pessoas próximas com esta particularidade, a maioria dos estudantes visualiza a presença da pessoa com deficiência no campus, mostrando assim serem conhecedores de situações existenciais de que não fazem parte. O pensamento de Merleau-Ponty explica esse fenômeno.

Os movimentos acompanham nosso acordo perceptivo com o mundo. Situamo-nos nas coisas dispostos a habitá-las com todo nosso ser. As sensações aparecem associadas a movimentos e cada objeto convida à realização de um gesto, não havendo, pois, representação, mas criação, novas possibilidades de interpretação das diferentes situações existenciais. Esse conceito de percepção só é possível porque Merleau-Ponty rompe com a noção de corpo-objeto, parte extra-partes e com as noções clássicas de sensação e órgãos dos sentidos como receptores passivos. Nos capítulos sobre o mundo percebido em *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty reforça a teoria da percepção fundada na experiência do sujeito encarnado, do sujeito que olha, sente e, nessa experiência do corpo fenomenal, reconhece o espaço como expressivo e simbólico. A teoria da percepção em Merleau-Ponty também se refere ao campo da subjetividade e da historicidade, ao mundo dos objetos culturais, das relações sociais, do diálogo, das tensões, das contradições e do amor como amálgama das experiências afetivas. Sob o sujeito encarnado, correlacionamos o corpo, o tempo, o outro, a afetividade, o mundo da cultura e das relações sociais. (NOBREGA, 2008, p. 142)

Se concebermos a relação dos seres humanos por meio de uma concepção de percepção que rompe com as dualidades (corpo-mente, sujeito-objeto, eu-outro) veremos que, de fato, podemos entender que não é pelo fato de não terem deficiências que certos sujeitos deixam de reconhecer as pessoas que as possuem, porque nos situamos nas coisas, mesmo as mais diferentes de nós, dispostos a habitá-las, como pensava Merleau-Ponty. Sendo assim, a relação das perguntas 1 e 3 reforça a ideia da citação acima, onde a autora, parafraseando

Merleau-Ponty, diz que as percepções não estão atreladas apenas aos sentidos em suas formas clássicas de se conceber, mas às experiências com a diversidade do mundo e com o movimento das relações sociais. A evolução do tratamento da sociedade com as pessoas com deficiência e a mudança das leis, conforme já mencionadas nesse trabalho, tornam o tema muito abordado, inclusive no mundo acadêmico, o que não significa dizer que a acessibilidade está em condições plenas quando se trata da prática, para garantir os direitos dessas pessoas. Não é, igualmente, porque pessoas sem deficiência reconhecem a existência de pessoas com deficiência que o problema do preconceito e da exclusão se dá por resolvido.

Abaixo veremos as informações acerca do conhecimento dos entrevistados quanto às legislações brasileiras que tratam de assuntos referentes às pessoas com deficiência. Atentaremos a quais considerações fazem quanto à eficácia das leis e à adaptação do campus, respeitando as exigências legais.

Tabela 4 - Perguntas 2 e 4 – Conhecimento das legislações

Variáveis	N	%
2 - Você considera que as leis brasileiras para pessoas com deficiência são eficazes?		
Não	2	13,33
Parcialmente	10	66,67
Sim	1	6,67
Não conheço as leis	2	13,33
4 - Você considera que o Campus Santana do Livramento está adaptado para atender pessoas com deficiência de acordo com as legislações referentes ao tema?		
Não	7	46,66
Parcialmente	6	40
Sim	1	6,67
Não conheço as legislações	1	6,67

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Pode-se tomar o conceito de eficácia, conforme explica Maximiliano (2000), como o desempenho que relaciona objetivos e o alcance dos resultados corretos. Nesse sentido, ao questionarmos se os entrevistados consideram eficazes as leis brasileiras referentes a pessoas com deficiência, apenas dois responderam “não conheço as leis” e outros dois “não”, demonstrando assim que muitos sabem da existência dessas legislações, pois a maioria respondeu “parcialmente”, acreditando que as leis não alcançam os resultados corretos, inclusive ao serem relacionadas à acessibilidade disponibilizada na instituição pública federal em que estão inseridos.

Ainda ao analisar o conceito de eficácia e os objetivos a serem alcançados com as legislações brasileiras referentes ao tema, em um universo de quinze entrevistados, sete responderam que não consideram o campus, local da pesquisa, adaptado para atender pessoas com deficiência de acordo com as referidas leis. Como já citado anteriormente, não somente

os impedimentos estruturais podem ser colocados como barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência. Embora seja essa uma das maiores preocupações dos entrevistados (conforme veremos mais adiante), deve-se pensar nos demais entraves. De fato, ainda que alguns deles tomem certas medidas de acessibilidade arquitetônica como se estas resumissem todas as dimensões da acessibilidade, muitas dessas medidas configuram apenas uma maneira de integrar e não incluir de fato, conforme os exemplos na citação abaixo de um estudo realizado em 2012 na Universidade Federal de Sergipe:

Muitos são os aspectos que devem ser levados em conta na concretização da inclusão no ensino superior. As leis não bastam para garantir ao universitário formar-se um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade, elas são indispensáveis para nortear e respaldar as ações que devem ser empreendidas ... Na Universidade Federal de Sergipe, muitas das adaptações não estão em consonância com o manual de acessibilidade da ABNT (2004). No entanto, esta instituição se ressentem não só de barreiras físicas como também atitudinais e de recursos pedagógicos. (FERNANDES; SOUZA. 2012, p. 2)

Retomando as respostas dos entrevistados quanto à adaptação do campus para pessoas com deficiência, de acordo com as legislações referentes ao tema (e tendo em mente o fato de terem familiares ou pessoas próximas com deficiência), a maioria dos estudantes respondeu que não possui familiares ou pessoas próximas com deficiência e que não considera o campus adaptado. Porém, três estudantes responderam que possuem convivência com pessoas com deficiência e consideram o local da pesquisa parcialmente adaptado; outras três consideram o campus adaptado, mas não possuem convivência com pessoas com deficiência. A relação das perguntas, elaborada para que pudéssemos ter a compreensão dos estudantes quanto à existência ou não de acessibilidade no campus (conforme as legislações preconizam), está ligada à convivência com pessoas com deficiência, demonstrando assim atenção a uma realidade de que se tem proximidade. Porém, observamos que a percepção dos impedimentos para que a inclusão das pessoas com deficiência ocorra não está atrelada à ligação deles com uma vivência específica, mas se dá em função da abordagem tão expressiva da temática na atualidade. Sendo assim, é satisfatório saber que os envolvidos, sabendo da existência das legislações referentes ao tema, talvez não de forma aprofundada, digam estar atentos às condições para pessoas com deficiência ofertadas pelo campus, ainda que não sejam, mesmo que indiretamente, ligados a essa realidade.

Sabe-se que a formação acadêmica vai além da preparação para o mercado de trabalho, pois decorre de conteúdos de elevada complexidade intelectual a serem ministrados a fim da conquista de uma profissão por aquele que é nosso público, o aluno. Engloba, portanto, aprimoramento pessoal e social. Dessa forma, conhecer as leis e visualizar as pessoas com deficiências na Instituição não são fatores suficientes para abranger toda a perspectiva da acessibilidade. É preciso ir adiante, ter envolvimento acadêmico por meio de ações que fomentem a inclusão das pessoas, sejam elas deficientes ou inseridas em outras minorias.

Nesse viés, ao serem questionados se conhecem o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), departamento importante na Instituição e que atua com o atendimento de pessoas com deficiência promovendo não só o desenvolvimento delas, mas a autonomia e o incentivo dos demais estudantes quanto a abordagem do tema, oito entrevistados responderam que não conhecem, quatro responderam que sim e três que conhecem parcialmente, conforme tabela a seguir.

Tabela 5 – Pergunta 5 - Sobre a existência do NInA

Variáveis	N	%
Você conhece o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da UNIPAMPA?		
Não	8	53,33
Sim	4	26,67
Parcialmente	3	20

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A pergunta 5 mediu o grau de conhecimento que os estudantes têm das estruturas universitárias voltadas para atendimento às necessidades universitárias de inclusão e acessibilidade. Nota-se que o Núcleo não atingiu visibilidade expressiva, pois mais da metade dos entrevistados o desconhecem. Estabelecendo uma relação entre as perguntas 4 e 5, vemos que entre os 15 estudantes entrevistados, quatro responderam, sem conhecer o NInA, que não acham que o campus está adaptado para pessoas com deficiência; outras três também não conhecem o Núcleo e opinam que o campus está adaptado parcialmente; um aluno respondeu que não conhece o Núcleo, mas acha que o campus está adaptado.

Ao relacionar as perguntas 5 e 3 a fim de detectar se os estudantes que conhecem o NInA possuem familiar ou alguém próximo com deficiência, razão pela qual possivelmente tenham maior interesse sobre a temática e visibilidade do Núcleo, descobrimos que apenas um aluno deste grupo conhece o NInA; outro entrevistado conhece o NInA parcialmente e tem algum familiar ou alguém próximo com deficiência. No entanto, seis estudantes não conhecem o Núcleo e não têm pessoas próximas com deficiência, enquanto outros três conhecem o NInA e não têm a vivência dessa realidade.

Até aqui constatamos que os entrevistados têm algum conhecimento da existência das legislações brasileiras acerca do tema, uma vez que avaliam as condições de acessibilidade ofertadas pelo campus, mas a maioria não acredita que exista a adaptação adequada para que as pessoas com deficiência tenham acesso às estruturas físicas e aos serviços, ou seja, conhecem, ainda que superficialmente, quais seriam essas condições para a acessibilidade. No entanto, embora tenham essa visão mais ampla quanto à acessibilidade, a maioria não conhece o NInA. Os entrevistados que não acham que o campus está adaptado e nem conhecem o Núcleo não têm, em sua maioria, familiares ou pessoas próximas com deficiência. Ao mesmo tempo em que conhecem as legislações e condições de acessibilidade, a maioria dos estudantes entrevistados não conhece o Núcleo existente na Instituição que visa contribuir com o acesso e permanência das pessoas com deficiência. Por isso, é necessário educar nossos estudantes para que eles não só conheçam os recursos universitários existentes para garantir acesso, mas possam, além disso, favorecer a inclusão.

Educar a comunidade sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência é conscientizar essa comunidade. Segundo Maciel (2000), a falta de conhecimento da população em geral e de políticas públicas aplicadas para capacitar pessoas para trabalhar com essa população cria alguns estigmas que transformam as pessoas com algum tipo de deficiência em seres incapazes, que acabam por transformarem-se em um peso e/ou em um problema para a sociedade. É sabido que a comunidade em geral é carente de informações sobre os direitos da pessoa com deficiência. As pessoas desconhecem a legislação, que poderia minimizar ou mesmo resolver suas necessidades de acessibilidade. (PONTE; SILVA, 2015, p. 264-265)

Observa-se, então, que o processo de conscientização a respeito da temática, ainda que tenha conduzido ao longo dos últimos anos para mudanças e constantes discussões, deve ser trabalhado com a comunidade, pois apesar de ser uma realidade distante de muitas pessoas, como dos entrevistados, a discussão deve ser de todos, a fim de incluir as pessoas com deficiência e tornar uma sociedade heterogênea, respeitando as singularidades uns dos outros.

Ainda sobre o conhecimento do NInA ou sobre suas ações, questionamos se eles consideram importante ações de divulgação do Núcleo para a comunidade acadêmica.

Tabela 6 - Pergunta 6 – Importância da divulgação

Variáveis	N	%
Caso não conheça o Núcleo ou as atividades desenvolvidas, você considera que seja importante para a comunidade acadêmica em geral que a Instituição faça ações para divulgação do NInA?		
Sim	12	80
Não	1	6,67
Não respondeu	2	13,33

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A pergunta foi complementada: “por que você considera que seja importante para a comunidade acadêmica em geral que a Instituição faça ações para divulgação do NInA?” As respostas foram as seguintes:

Participante 2 – É de suma importância, uma vez que o campus tem alunos com variadas necessidades especiais.

Participante 3 – É fundamental o diálogo com a comunidade acadêmica sobre o tema, pois esperamos que a comunidade se torne mais acolhedora.

Participante 4 – Apesar de não me incluir no grupo, é importante minha participação em ações que tragam a proteção e auxílios para a pessoa com deficiência.

Participante 5 – Promover a inclusão.

Participante 6 – Justamente pelo fato de eu não ter conhecimento sobre o assunto, acredito que a divulgação seja importante.

Participante 8 – Para que possamos trabalhar em conjunto para a melhoria das políticas internas.

Participante 10 – Para que haja uma inclusão efetiva.

Participante 11 – Seria uma forma de conseguir aprovar verba ou mão de obra para o núcleo.

Participante 12 – Sim, seria importante para aumentar o conhecimento dos alunos sobre o tema.

Participante 13 – Conhecimento, informação e desenvolvimento da acessibilidade.

Participante 14 – Para tornar pública existência de programas aos interessados e também trazer destaque ao tema da inclusão.

Ressaltamos que quatro estudantes não responderam, mas, os 80% que responderam disseram considerar importantes as ações do Núcleo. Sintetizando as respostas, obtivemos as seguintes categorias nas exposições:

- Promover a inclusão: através da melhoria das políticas internas, desenvolvimento da acessibilidade no campus para que haja inclusão efetiva;
- Preocupação com as pessoas com deficiência: comunidade mais acolhedora, proteção e auxílio para as pessoas com deficiência;
- Promoção do conhecimento: expandir a oferta de atuação dos acadêmicos no Núcleo, como maneira de fomentar e contribuir com o conhecimento para o tema e para as ações da Instituição.

É necessário que os educadores despertem o empenho dos estudantes sem deficiência em relação à temática. Através das respostas obtidas, percebemos que há interesse nesse conhecimento e na participação da efetivação da inclusão por parte do público que não possui deficiência. Contudo, conforme Ponte e Silva (2015, p. 269), à luz de outros autores, é importante a formação de pessoas para trabalhar com esse público, pois, uma vez preparadas, não apresentarão comportamentos e/ou atitudes que possam, como consequência, constranger o sujeito e causar exclusão. Evidencia-se a importância da preparação da sociedade e da família para incluir as pessoas com deficiência, pois essas pessoas não serão incluídas sozinhas; é necessário empenho coletivo e a ampliação do conhecimento quanto ao que deve ser realizado no cotidiano para retirar as barreiras que não contribuem com a inclusão.

Ao analisarmos as considerações realizadas e as respostas obtidas, salientamos a importância dos acadêmicos, nesse caso, no conhecimento acerca das ações que visam à inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que elas dependem da vida em comum para que possam ser incluídas, afinal, necessitam da melhoria interna da instituição e de outras mudanças. Os entrevistados expõem em seus motivos a preocupação com a divulgação das atividades do NInA e com maior participação acadêmica para que as ações da Instituição abranjam a sociedade, a qual deve estar preparada para recebê-la, não somente estruturalmente, mas com servidores capacitados e que capacitem os estudantes quanto ao atendimento e relações sociais livres de preconceitos e exclusão.

Como a comunidade acadêmica tem uma grande importância na colaboração das atividades realizadas pela Universidade, tanto de extensão, pesquisa e ensino, como naquelas que contribuem com o desenvolvimento da Instituição, questionamos quais seriam as principais mudanças que o campus deveria fazer para melhorar o atendimento oferecido às pessoas com deficiência. Obtivemos as seguintes respostas:

Participante 1 – Programas de interação maior entre todos os grupos presentes na universidade. Elaborar campanhas e núcleos direcionados para prevenção e tratamento de doenças mentais, tal como a depressão.

Participante 2 – O principal que vem à mente é o caso das escadas e o acesso para cadeirantes, uma vez que não há rampas ou elevadores. Outro ponto é em relação ao preparo dos professores para tratar com alunos autistas; muitas vezes não entendem esses alunos e faltam com a empatia. Também pode haver promoção de ações como palestras e afins, valendo atividades complementares de graduação (ACG's), garantindo maior presença para os alunos do campus, para conscientizar sobre o trato com pessoas portadoras de necessidades especiais, pois muitas vezes os colegas acham que essas pessoas estão atrapalhando a turma, sendo que estão indo em seu ritmo, de acordo com seus limites.⁵

⁵ Antes de fazer a análise das respostas, enfatizamos o uso do termo “pessoas portadoras de necessidades especiais” utilizado pelo Participante 2. Essa discussão está presente neste trabalho no início do capítulo III, quando mencionamos a mudança desse termo para “pessoas com deficiência”.

Participante 3 – No que tange as pessoas com daltonismo, instruir os professores sobre a utilização de canetas verdes e mapas ou gráficos coloridos para auxílios aos alunos.

Participante 4 – Acessibilidade, inclusão e suporte.

Participante 5 – Rampas, elevadores e sinalização.

Participante 6 – No prédio em que estamos alocados no momento, acredito que carece em relação a infraestrutura, visto que inúmeras vezes vi o porteiro ter que carregar meu colega cadeirante por fora do prédio para ter acesso ao andar das aulas. Espero que com a construção do novo prédio este fato melhore. Quem sabe por falhas minhas existam outras carências, no entanto o fato que me veio à cabeça foi este. Espero ter contribuído com a pesquisa.

Participante 7 – Rampa, mais faixas para cegos e atendimento especial para pessoas com deficiência auditiva.

Participante 8 – O caso mais difícil é para os cadeirantes, por isso, melhorar a acessibilidade dos andares superiores seria fundamental.

Participante 9 – Elevador, rampas, mais banheiros com acessibilidades, piso tátil, corrimão, equipamentos audiovisuais em salas de aula, entre outros.

Participante 10 – Infraestrutura, cursos para técnicos e servidores em geral para o auxílio e atendimento de pessoas com deficiência, além do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE).

Participante 11 – Rampas, definitivamente.

Participante 12 – Mais bolsistas para auxiliar esses alunos. Aumentar o número de eventos voltados para esses alunos. Treinar os professores para melhorar o ensino e aprendizado desses alunos.

Participante 13 – Rampas e elevadores.

Participante 14 – Não conheço o atendimento ofertado, mas do ponto de vista de infraestrutura e acessibilidade há muito que melhorar.

Participante 15 – Acessibilidade para cadeirante acessar laboratórios e auditório, melhor faixa para pessoas com deficiência.

Retomando a discussão acerca das principais mudanças que deveriam ser feitas pela Instituição para proporcionar melhor atendimento às pessoas com deficiência no campus, de acordo com a opinião dos entrevistados, é perceptível a preocupação maior com a infraestrutura do local de pesquisa, com a necessidade de instalação de elevadores, rampas, banheiros adaptados, piso tátil (sendo chamado pelos participantes 7 e 15 de “faixa para pessoas cegas”), corrimão, sinalização, entre outras. Certamente a dimensão arquitetônica é a que mais prevalece.

Embora os estudantes entrevistados não conheçam de maneira mais aprofundada os direitos das pessoas com deficiência, conforme vimos nas discussões anteriores, notamos que a percepção deles quanto à mudança para a efetivação da acessibilidade no campus é baseada em conhecimentos adquiridos em outros espaços, tão importantes quanto os conhecimentos científicos, capazes de fazê-los enxergar que para o outro ter acesso às dependências da Instituição que não possuem acessibilidade, são necessárias mudanças básicas, como as que já são exigidas por legislações, como em relação ao espaço físico, a infraestrutura de um espaço público. Como diz Paulo Freire (1987, p.68), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Há, portanto, outras formas de conhecimento que também proporcionam diferentes visões do mundo e das problemáticas que nos cercam.

Ademais, há inquietação dos participantes quanto ao envolvimento de servidores (técnicos administrativos e docentes) em atividades pertinentes às pessoas com deficiência, uma vez que enfatizam a necessidade da compreensão, empatia e melhor atendimento, assim como a promoção de ações como palestras e rodas de conversas realizadas pela Instituição,

visando não somente a capacitação dos servidores, mas o estímulo à participação da comunidade acadêmica quanto ao tema para que conheçam mais a fundo sobre acessibilidade e melhorem o relacionamento com os colegas com deficiência. Segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD),

É importante salientar que a maior das regras é romper com o preconceito, trabalhar o paradigma da diversidade na empresa através de uma política institucional de inclusão: planejamento, deliberação e implementação. O constrangimento inicial existe sempre que nos defrontamos com a situação nova de estar com uma pessoa com deficiência. Convém lembrar que a deficiência é natural para ele e que ver, ouvir, falar, correr fazem parte da história da vida, não são questões proibidas. A dificuldade de relacionamento não deve ser transformada nem em proteção nem no preconceito de tratá-lo como incapaz ou como super-herói. Acredite sempre no potencial da pessoa com deficiência, propiciando a ela a oportunidade de se realizar, de acertar, de errar, de tentar, de decidir. (IBDD, 2008, p. 297)

A citação acima orienta noções gerais quanto a relacionamentos com pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, em uma empresa, o que, guardadas as devidas peculiaridades, não difere do atendimento no âmbito da Universidade, pois é necessário enxergar o potencial da pessoa com deficiência, assim como de outras pessoas, que apesar das dificuldades enfrentadas inerentes a sua deficiência, são capazes da realização, acerto, decisão, sendo essa perspectiva não só vista pelo servidor, mas pelos demais estudantes e, por isso, há uma grande importância de envolver a comunidade acadêmica, em geral, em ações relacionadas à temática.

O Participante 12 refere-se à maior atuação de bolsistas no campus para contribuir com a acessibilidade e desenvolvimento dos estudantes assistidos pelo NInA. Contudo, sabemos que o número de bolsistas está atrelado à disposição de recurso financeiro para essa finalidade, ultrapassando os anseios dos servidores envolvidos e empenhados para o melhor desenvolvimento e atendimento de seu público. A ampliação do número de bolsistas vai além da vontade de envolver mais estudantes na temática: requer investimento, o que sabemos que em tempos atuais tem sido cada vez mais reduzido, pois o orçamento para órgãos do Poder Executivo, como Instituições Federais de Educação, foi reduzido pela Emenda Constitucional nº95/2016 (PEC 241/55). Conforme solicitado pelo Participante 2, ao dar sugestão de ações que visem horas para atividades complementares de graduação (ACG), acreditamos que a participação dos estudantes no NInA, enquanto monitores, possa contribuir com o aprendizado dos acadêmicos, assim como desenvolvimento do departamento, sendo então uma estratégia possível para o Núcleo.

O Participante 3 mencionou o daltonismo, mas esta é considerada uma doença hereditária, uma vez que o Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) considera a deficiência visual como

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Ainda que não seja considerada uma deficiência visual, não podemos nos abster do atendimento necessário às pessoas acometidas por daltonismo, utilizando mecanismos para que consigam distinguir as cores quando necessário nas explicações em sala de aula ou até mesmo em palestras com exposição de imagem.

O Participante 1 explana a respeito da necessidade de ações voltadas para atenção e prevenção de transtornos mentais, como a depressão, que tem atingido muitas pessoas nos

últimos anos. Realmente, a depressão requer atenção por parte da Instituição, assim como outras manifestações de problemas de natureza psicológica, para que os acadêmicos consigam desenvolver seu aprendizado e relações interpessoais de maneira saudável. Entretanto, os transtornos mentais não são estimados como deficiência, devem ser tratados por especialistas na área e prevenidos através de atividades que envolvam cuidados diários com a saúde psicológica.

É importante salientar que os estudantes se referem ao prédio novo, que estava em construção, como esperança para a melhoria das condições de acessibilidade. Apesar disso, por questões burocráticas e orçamentárias, o prédio foi inaugurado sem a instalação de elevadores, por exemplo. Dessa forma, os estudantes com deficiência física ou com mobilidade reduzida, terão aulas em salas nos pavimentos acessíveis. Ademais, os estudantes com deficiência assistidos pelo NInA, em suas variadas dimensões, continuarão sendo atendidos no mesmo local, pois esse departamento não mudará de sala, devido à falta de acessibilidade no novo prédio.

Será abordada a seguir a importância do NInA para essa pesquisa, onde não nos limitaremos às características do Núcleo, mas procuraremos explorar sua relevância através das respostas dos entrevistados já expostas.

3.4 O papel do NInA

Adentraremos a abordagem sobre a importância do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade. Cabe ressaltar que o histórico do Núcleo está nas discussões desse trabalho, de tal forma que é possível conhecer as atividades realizadas e o suporte material no que tange às tecnologias assistivas, assim como o trabalho da tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais junto aos bolsistas.

A presença do Núcleo na Instituição vai além do acompanhamento de estudantes com deficiência no que se refere à solicitação de materiais para atendê-los e suporte nas atividades acadêmicas, permeia a formação continuada de técnicos e docentes, propõe uma política de inclusão voltada para a acessibilidade arquitetônica, de comunicação e informação. No período de realização dessa pesquisa, foi desenvolvida pelo NInA uma oficina denominada de “Fale com sua colega em Libras”, com foco nos acadêmicos de uma turma do curso de Administração em que há uma aluna surda, porém as aulas eram abertas a comunidade acadêmica. O intuito foi envolver os estudantes no aprendizado dessa linguagem para a comunicação com a colega surda.

À luz do relatório técnico de inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA (2012, p. 9), o NInA propõe alguns projetos, tais como:

- Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante – PADE: visa promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes, detectando as dificuldades e/ou barreiras que estão impedindo o bom andamento do processo ensino-aprendizagem e propondo formas de superá-las tão logo sejam detectadas. No caso de estudantes com deficiência, pode envolver a elaboração de um Plano de AEE e seu acompanhamento;
- Projeto NInA em Rede: visa manter um fluxo constante de informações sobre acessibilidade e legislação da Educação Especial aplicada à Educação Superior na perspectiva Inclusiva. Envolve ações como visitas técnicas periódicas aos Campus da Universidade, capacitações presenciais, capacitações via web (na plataforma Moodle Institucional), espaço de interação via web (grupos de e-mail, Moodle Institucional, páginas do NInA e da Coordenadoria de Apoio Pedagógico – CAP) e reuniões por videoconferência;
- Projeto UNIPAMPA Acessível: visa promover o acesso à informação e aos espaços de acessibilidade e inclusão por parte dos estudantes, servidores e

comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico.

Através dos relatos dos entrevistados, nas respostas do questionário, percebe-se o conhecimento superficial de muitos quanto às legislações brasileiras acerca do tema, a presença de pessoas com deficiência é notada no campus, entre outras considerações que revelam o interesse no referido assunto. Contudo, a existência do NInA não é de conhecimento da maioria dos estudantes envolvidos na pesquisa, o que nos provocou uma maior reflexão sobre o possível motivo do desconhecimento.

O conhecimento dos estudantes, nesse sentido, não está diretamente ligado ao conhecimento científico que a Universidade veicula, é aquele que se faz presente no dia a dia, estimulado pelas diferentes relações sociais, pelo contexto de informações divulgadas a todo instante, seja pela mídia ou pela internet, uma vez que se trata de um assunto bastante discutido na atualidade. Entretanto, é preciso ir além daquilo que sabemos de maneira rasa, é necessário o envolvimento da comunidade acadêmica nas atividades, sendo então as ações do NInA de suma relevância.

As orientações são inúmeras quanto ao número de servidores e materiais que possibilitam o êxito das atividades por parte do NInA, porém também são sabidas as dificuldades enfrentadas pelos núcleos, unidades, coordenações e demais setores dentro das Instituições, pois além da falta de recurso financeiro, há impedimentos burocráticos quanto, por exemplo, à abertura de concursos públicos que possam nomear novos servidores para contribuir com as atividades da universidade. Isso impossibilita a expansão da acessibilidade.

Ademais, entre os recursos e serviços de acessibilidade que devem ser disponibilizados na Universidade, destacam-se o tradutor/intérprete de Libras, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais pedagógicos acessíveis. Embora estes devam ser efetivados mediante demanda pelos estudantes com deficiência matriculados e pelos participantes nos processos de seleção para ingresso e atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, é responsabilidade da Universidade provê-los em todas as atividades acadêmicas e administrativas. Deste modo, a UNIPAMPA deve prever em seu quadro de profissionais, cargos e códigos de vagas que contribuam à efetiva inclusão das pessoas com deficiência na vida universitária. Minimamente, recomenda-se que cada Campus da UNIPAMPA disponha, imediatamente, de dois tradutores/intérpretes de Libras que atuem junto ao atendimento, às ações de extensão e cujo serviço seja, prioritariamente, disponibilizado em favor dos estudantes surdos que demandem a comunicação nesta língua. Este número, entretanto, deve ser ampliado conforme a identificação de novas demandas por este profissional. Observa-se que já há demanda por este profissional em alguns Campus da Universidade e sua indisponibilidade já inviabiliza, em alguns casos, o êxito de estudantes em atividades acadêmicas. (UNIPAMPA, 2012, p. 17)

As respostas dos entrevistados potencializam a importância do NInA, devendo então ser o centro para a ampliação do conhecimento e fomento das atividades para a comunidade acadêmica ao que se refere à inclusão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi reestruturado em 2019, tendo vigência até 2023. Em relação ao PDI anterior⁶, os eixos estruturantes foram alterados no que tange ao compromisso social. Nesse campo, estão compreendidas ações afirmativas, a temática da acessibilidade social, as políticas inclusivas, além de outras (UNIPAMPA, 2019, p. 23). Entre os objetivos do eixo compromisso social, tem-se a garantia de todos os discentes,

⁶ O PDI com vigência de 2014-2018 é mencionado nas páginas 30 e 31.

em especial às pessoas com deficiência, na participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Diferentemente do texto do PDI anterior, cujo maior foco reside na questão da acessibilidade, o novo aborda de maneira mais ampla, referencia-se à inclusão de maneira mais aberta, trata da equidade de condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior. Ele se direciona à formação cidadã que atenda o perfil do egresso reflexivo e comprometido com o desenvolvimento, entre outras características. Nesse caso, o tratamento mais aberto traz uma sensação de um discurso inclusivo, pensando de maneira abrangente sobre as exclusões que fazem parte da sociedade, como dos pretos, dos indígenas e das pessoas com deficiência. Esse discurso é importante ao pensarmos que a inclusão deve ser realizada como um todo. Contudo, o cenário para tal ainda deve ser focalizado, estudado e apreendido por partes, para que possamos alcançar, posteriormente, o ideal totalizante. Apesar dessa consideração sobre a abordagem da Acessibilidade nos objetivos do PDI em vigência, isso não significa que não há preocupação da Instituição com o tema abordado, pois ao seu ver

além de ser indispensável garantir a acessibilidade física, de acordo com as normas técnicas, é necessário sensibilizar a comunidade acadêmica quanto aos direitos e deveres no desenvolvimento de espaços acessíveis e inclusivos, além de realizar uma política institucional de acessibilidade e inclusão que garanta o direito de todos à participação plena nesta Universidade. (UNIPAMPA, 2019, p. 98)

Dessa maneira, evidencia-se que a Instituição compreende a importância de se fomentar a sensibilidade acadêmica. Quanto à atuação do NInA, a UNIPAMPA mostra-se preocupada com a inclusão, contudo é necessário maior incentivo de recursos, principalmente humano, para o melhor desenvolvimento das atividades do núcleo, pois a comunidade acadêmica precisa ser estimulada e a maneira que enxergamos de propulsionar esse interesse é através do Núcleo da universidade, especializado nessa área.

Ao pensarmos em pessoa com deficiência é de suma relevância nos atentar à maneira que a pessoa sem deficiência se volta para as questões de acessibilidade; deve-se impulsionar o interesse da sociedade à necessidade da inclusão nesse sentido. A universidade é um excelente espaço para a discussão do tema, por sua diversidade de cultura, de conhecimentos populares diversos; ela permite amplo espaço de conhecimento científico que favorece projetos que visam melhorar o desenvolvimento institucional; a Universidade, por sua pluralidade, faculta a troca de experiências e ideias para a implementação de atividades.

Considerando o interesse da maioria dos entrevistados na temática e a percepção quanto a presença das pessoas com deficiência mesmo sem estar relacionado a situações diretas a essas pessoas, é importante que a universidade, ainda que com as barreiras financeiras impeditivas, aproveite esse cenário para fomentar e instigar ações e atividades que visem a participação acadêmica, inclusive buscando parcerias com demais órgãos, por exemplo, se for possível. Nesse sentido, vê-se o NInA, como parte essencial da Instituição, como o alvo para expandir esse conhecimento.

O Núcleo se revela, então, crucial para fazer a mediação entre as determinações legais e a realidade. No ambiente universitário, a experiência da mera integração normalizadora precisa ser superada por uma proposta em que os NInAs das instituições de ensino superior estejam fortalecidos por recursos financeiros e humanos capazes de converter a *integração* da pessoa com deficiência ao meio da universidade em *inclusão* na vida institucional com todos os direitos comuns a todos universitários, desta vez sem distinção.

Em contrapartida, como discutir a passagem da integração à inclusão, se ainda permanecemos reféns dos impasses de nossa própria constituição social contraditória que, como acentua Florestan Fernandes (1989), tem na efetivação de suas leis os entraves próprios

dos conflitos de classe? Como cogitar a travessia da integração à inclusão, se estamos atados à realidade da segregação como normal? A fala de recursos ao Nina, bem como a todas as atividades universitárias que agora atravessam um excepcional momento de crise financeira, traduz aquele impasse fundamental que caracteriza a Carta Maior do Brasil e a própria sociedade brasileira. Entretanto, é também pela legislação e por todos os esforços de mediação da universidade que se poderá chegar um dia à garantia concreta do direito das pessoas com deficiência.

A pesquisa demonstrou, a partir do olhar do universitário, a importância das mediações (políticas, pedagógicas e administrativa) para que o direito das pessoas com deficiência que passam pela universidade seja tratado com o respeito que requer uma sociedade democrática. O reconhecimento da importância do NInA, que não estava de início presente no escopo do projeto, ganhou significado em virtude da bibliografia estudada (SILVA, 2009 e outros) e ainda se cristalizou na fala dos participantes.

4 CONCLUSÕES

A presente pesquisa assumiu como objetivo geral conhecer a percepção de 15 universitários que não possuem deficiência sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e relacionar o perfil da percepção dos participantes da pesquisa ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema.

Dessa forma, percebeu-se que os estudantes conhecem as leis e as políticas públicas brasileiras que se referem, em sua redação, à pessoa com deficiência (como educação, por exemplo), ainda que de maneira superficial, sem ciência a fundo do texto legal. Contudo, pela experiência e vivências do cotidiano, o conhecimento que os entrevistados possuem está de acordo com o proposto nas legislações, tendo em vista que se referem a ações e objetivos que constam nesses documentos sobre a necessidade de oferta de atendimento especializado; formação de professores para atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; acessibilidade arquitetônica, na comunicação e informação.

A percepção deles quanto à acessibilidade no campus é visual e social, tendo em mente que estão atentos aos que os olhos captam: as pessoas com deficiência no campus. Além disso, observam as condições propostas pela Instituição, não só no que tange à acessibilidade para pessoas com deficiência, mas ao atendimento daqueles que possuem alguma situação diferente dos demais estudantes, como o daltonismo, pessoas com quadro depressivo, entre outras. Apresentando então preocupação com aqueles que necessitam de um atendimento especializado pela sua singularidade ou o momento em que esteja passando por dificuldade.

Ao iniciar a pesquisa, houve a preocupação se os estudantes sem deficiência e sem pessoas ou familiares próximos a essa realidade tinham percepção quanto à acessibilidade no campus, uma vez que não estão inseridos nesse contexto e, talvez, não tivessem conhecimento acerca das legislações brasileiras e dificuldades, barreiras impeditivas presentes na Instituição.

Porém, percebeu-se que há preocupação não somente com as pessoas com deficiência no campus, assim como com a divulgação e implementação de ações e atividades que possam envolvê-los, pensando na comunidade acadêmica como um todo, buscando contribuir com a implementação da temática no âmbito da universidade.

Para alcançarmos a inclusão social de maneira plena, é necessário o foco nas diferentes minorias, em políticas públicas e sociais específicas que vão além de apenas um discurso inclusivo, mas compreendendo as necessidades específicas de cada um desses grupos. Após alcançarmos o atendimento a essas singularidades, ao ponto de que a participação das minorias esteja presente no nosso cotidiano sem barreiras impeditivas, é possível pensar que a sociedade realmente é inclusiva. Retomando sempre a importância de incluir, invés de apenas integrar.

Dessa maneira, é necessária a compreensão das relações sociais na dinâmica em que elas ocorrem, uma vez que as Leis e demais ações, como os planos, programas e projetos voltados para as pessoas com deficiência podem ser realizadas e pensadas também por pessoas que não possuem deficiência. Evidenciou-se, assim, a importância do envolvimento da comunidade acadêmica quanto ao tema, pois além de ser trabalhado para que atitudes que não constriam essas pessoas façam parte do nosso cotidiano e tampouco as excluam, a capacitação e a oferta do conhecimento pode se tornar instigante, provocando a pesquisa e/ou futuras participações e manifestações que visem o desenvolvimento social, inclusão e a acessibilidade.

Sendo assim, encontra-se na instituição de ensino um grandioso e importante espaço para discussão, diversas atividades e ações que visem o incentivo, como solicitado pelos

próprios estudantes. A possibilidade de ofertar o conhecimento de variadas formas é o que faz da universidade um local tão rico de cultura, aprendizado e pluralidade.

Em tempos de reajustes orçamentários no Governo Federal, compreendemos toda a dinâmica relacionada à dificuldade da disposição de aporte financeiro e humano por parte da Instituição, mas é necessário esse investimento (não apenas financeiro) que o NInA merece. Além disso, o núcleo deve operar de tal modo que suas atividades não sobrecarreguem a servidora responsável por ele. Cabe à gestão enxergar o Núcleo como fundamental para a formação cidadã dos estudantes, com visão social e crítica a respeito de temas como os abordados nesse trabalho.

A questão da acessibilidade na Universidade tem o NInA como o ponto central, ou seja, deve ter enfoque por parte da gestão, pois buscar a inclusão e acessibilidade é também estar atento a evolução do ser humano e do mundo, sendo esse um dos objetivos da educação através de sua prática social: o desenvolvimento humano.

Enquanto Assistente Social ressalto a gritante relevância da necessidade de fomentação de atividades, pesquisas e inquietações que busquem conscientizar a sociedade sobre a diversidade que nos cerca e o respeito a elas mirando a inclusão social e a garantia dos direitos das pessoas sem distinção de qualquer natureza.

5 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Ana. ROCHA, Cleomar. DÉA, Vanessa Dalla. **Se inclui: Formação docente para inclusão e acessibilidade.** Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

BRASIL. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT NBR 9050. 2015.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Protocolo facultativo à Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência.** Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Brasília, DF, 2007

BRASIL. **Decreto N° 3.298, DE 20 de dezembro de 1999. Regulamento da Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

BRASIL. **Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Decreto n° 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília: Ministério da Educação, Casa Civil da Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Decreto n° 7.612 de 17 de novembro de 2011, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, Casa Civil da Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei n° 8.742, de 7 de dezembro 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei n° 10.216, de 6 de abril de 2001.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei n° 10.845, de 5 de março de 2004.** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei n° 11.126, de 27 de junho de 2005.** Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa**

com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília – DF, 2008.

BRASIL. **Nota técnica N° 04/2014.** Ministério da educação. 2014. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192> acesso em 27 de outubro de 2018.

BRASIL. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm Acesso em 18 de agosto de 2018.

CAIXETA, Maria Emília; **Condillac e o ensino de ciências: que relações podemos encontrar ainda hoje? Revista Ensaio.** Belo Horizonte, v.05, n.01, p.26-41, mar. 2003.

EBY, F. **História da educação moderna.** Tradução: Maria Ângela Almeida, Nelly Maia e Malvina Zaide. Porto Alegre: Globo, 1970.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico** / tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução doposfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada.** São Paulo: Imprensa, 1989.

FERNANDES, P. D. SOUZA. V.R.M. **Acessibilidade e Ensino Superior: Estudo de caso na Universidade Federal de Sergipe.** Scientia Plena. Volume 8, 2012.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Tiago. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 6, nº 11, julho de 2014.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Mídia e deficiência.** / Veet Vivarta, coordenação. Brasília: 2003.

GENTILI, Pablo A. A. SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença** - Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

KANT, Immanuel. **Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764**. Tradução: Pedro Panarra. Revista Filosófica de Coimbra, Coimbra, n. 37, p. 201-224.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo:EPU, 1986.

MANZINI, Eduardo José. (Org.) **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **Possibilidades de Aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. (Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa: dicionário de português online**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acessibilidade/>>. Acesso em 16 de março de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação ESPECIAL: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente**. Bauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia científica – a descoberta da criança**. Tradução: Aury Brunette. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MOUSINHO, R; SCHMID,E; MESQUITA, F; PEREIRA, J; MENDES, L; SHOLL, R & NÓBREGA, V. **Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. *Revista de Psicopedagogia*, São Paulo, vol 27, nº 82, 2010, p. 92-108. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

NOBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty**. *Estudos de Psicologia* 2008, 13(2), 141-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/06.pdf>

PESSOTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1984.

PONTE, Aline Sarturi. SILVA, Lucielem Chequim da. **A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

QUEIROZ, Elbio Gonçalves. SOUZA, Felipe Maciel dos Santos. **A acessibilidade na Universidade como fator de inclusão social da pessoa com deficiência física.** Revista Interletras. V. 3, ed. 21. Abril a setembro de 2015.

RODRIGUES, Olga & MARANHE, Elisandra. **Educação especial: História, etiologia, conceitos e legislação vigente.** In: CAPELLINI, V. & RODRIGUES, O. (Orgs.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.** Bauru: MEC/FC/SEE, 2008, p. 4-35.

SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, Políticas e Práticas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SÊNECA, A. L. **Sobre a tranquilidade da alma/Sobre a Ira.** Tradução: José E. Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Maria Odete. **Da exclusão à inclusão: concepções e práticas.** *Revista Lusófona de Educação*, n. 13, 2009, p. 135-153. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009. Acesso em 30 de junho de 2020.

SILVA, Vera WALBER, Rosane. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? Estudos de Psicologia.** Campinas, vol. 23, nº 1, p.29-37, janeiro-março 2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Regina Maria de. **Educação especial, psicologia do surdo e bilinguismo: bases históricas e perspectivas atuais.** *Temas*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 71-87, ago. 1995.

TEIXEIRA, Ricardo. **Educação do anormal a partir dos testes de inteligência.** *História da Educação*, n. 23, novembro de 2019. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592019000100443&script=sci_arttext. Acesso em 30 de junho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Núcleo de Acessibilidade. Materiais bibliográficos sobre inclusão e acessibilidade.** Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/p/17259-materiais-bibliograficos-sobre-inclusao-e-acessibilidade>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA Relatório Técnico - Bagé: UNIPAMPA, 2012.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018 -- Bagé: UNIPAMPA, 2013.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023** -- Bagé: UNIPAMPA, 2019.

6 APÊNDICES

Apêndice A - Instrumento de coleta de dados

QUESTIONÁRIO

Curso:

Período:

Idade:

1. Com qual frequência você encontra pessoas com deficiência no Campus?

- Nunca
- As vezes
- Sempre
- Nunca reparei

2. Você considera que as leis brasileiras para pessoas com deficiência são eficazes?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não conheço as leis

3. Você possui familiar ou alguém próximo a você com deficiência?

- Sim
- Não
- Não sei

4. Você considera que o Campus Santana do Livramento está adaptado para atender pessoas com deficiência de acordo com as legislações referentes ao tema?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não conheço as legislações

5. Você conhece o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da UNIPAMPA?

- Sim
- Não
- Parcialmente, pois não sei quais ações desenvolvidas.

6. Caso não conheça o Núcleo ou as atividades desenvolvidas, você considera que seja importante para a comunidade acadêmica em geral que a Instituição faça ações para divulgação do NInA?

- Sim. Por quê?
-

- Não

7. Quais seriam as principais mudanças que o Campus deveria fazer para melhorar o atendimento ofertado às pessoas com deficiência?

Resposta:

Apêndice B – Termo de consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “**A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento**” sob responsabilidade da pesquisadora Carmélia Silva Carvalho Gomes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção de 15 universitários que não possuem deficiência sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e relacionar o perfil da percepção dos participantes da pesquisa ao proposto pelas Políticas Públicas brasileiras referentes ao tema.

Solicito, gentilmente, que leia com cuidado o que segue e sempre que você quiser, a qualquer momento, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa entrando em contato comigo pelo número (62) 98135-2828, ligações a cobrar (se necessárias), através do e-mail carmelia_carvalho@hotmail.com ou no endereço da UNIPAMPA: Rua Barão do Triunfo nº 1048, Bairro: Centro, cep 97573-634, Santana do Livramento - RS, no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE).

Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa – CEP-Unipampa, telefone: (55) 3911-0202, localizado na BR 472, KM 592, prédio administrativo do Campus Uruguaiana – Sala 23, Uruguaiana - RS. O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

A participação do Sr./Sra. não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora.

Após a leitura e esclarecimentos, caso aceite fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Os documentos desta pesquisa ficarão armazenados em uma pasta sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período mínimo de 5 anos. Após esse prazo o banco de dados dessa pesquisa será incinerado.

Esta pesquisa trará como benefício a seus participantes o olhar do discente para os impasses que envolvem o cotidiano da Instituição examinada acerca do assunto, o que implicará um conhecimento maior sobre o modo de democratizar o acesso à universidade.

Além disso, a pesquisa será útil para que o problema da acessibilidade na universidade se converta em parte integrante, na teoria e na prática, do cotidiano dos próprios alunos, uma vez que, através dela, será fomentada o interesse pelo assunto.

O retorno quanto aos resultados da pesquisa aos participantes dar-se-á de forma indireta, através de banner com a análise e interpretação dos dados obtidos a ser exposto no pátio, local de encontro dos alunos, na Unipampa – Campus Santana do Livramento, visando o acesso aos envolvidos e à comunidade acadêmica. Ademais, os resultados da pesquisa tem a possibilidade de contribuir com melhorias no campus quanto à acessibilidade e despertar o interesse dos alunos quanto à temática.

Para a coleta de dados será aplicado um questionário com seis perguntas, entre abertas e fechadas, além da informação sobre idade, curso e período.

A presente pesquisa pode vir a acarretar em sua execução alguns riscos ao entrevistado como constrangimentos em expor suas opiniões, uma vez que pode não perceber as condições de acessibilidade no campus, não conhecer as leis referentes as pessoas com deficiência. Contudo, a pesquisadora fará o possível para minimizar isso, deixando o participante bem à vontade em suas decisões e atitudes. Além de ter os esclarecimentos desejados acerca do assunto.. Em todas as fases é garantido o anonimato com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa, tanto que nos questionários não é solicitada a identificação do participante. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. O(A) senhor(a) não terá custos nem receberá remuneração pela participação.

Eu, _____, CPF _____
estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto os objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais será submetido e os possíveis riscos envolvidos na participação. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer assistência e esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistência da participação em qualquer momento, sem que isso implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a identificação, bem como de que a participação dele neste estudo não me trará nenhum benefício econômico. Assim, autorizo sua participação no estudo intitulado **“A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento”**, desde que o (a) mesmo (a) aceite de forma livre e espontânea, e que possa se retirar a qualquer momento.

_____, ____ de _____ de 2019

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa